

SESSÕES DO PLENÁRIO

90ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. GETÚLIO UBIRATAN

1º SECRETÁRIO: DEP. ISAAC CUNHA “AD HOC”

2º SECRETÁRIO: DEP. TARCIZIO PIMENTA “AD HOC”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Augusto, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Paulo Azi, Paulo Câmera, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Sandro Régis, Tarcízio Pimenta, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (43).

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Isaac Cunha, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Zé das Virgens, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 04, 06, 11, 12 e 13/08/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Roberto Carlos, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 09 e 16 de junho; 25, 26 e 27 de agosto; 02, 03, 09, 16 e 17 de setembro; 07 e 08/10/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Antes de se iniciar o Pequeno Expediente, quero aqui saudar a delegação do Extremo Sul, da cidade de Teixeira de Freitas, que está nesta Casa e muito nos honra a presença de servidores do nosso Estado, ligados à Receita do Estado da Bahia. Quero cumprimentá-los através do nosso amigo, Paulinho. São de Teixeira de Freitas e estão aqui no dia de hoje solidificando as importantes reivindicações que toda a classe dos funcionários da Receita estadual têm. É uma guerra muito saudável, não é um duelo relacionado aos auditores, mas com muita certeza vai garantir a vitória, haja vista que tem o apoio do nosso governo do Estado. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembléia*, mais uma vez o Esporte Clube Bahia foi prejudicado pela incompetência do governo do Estado. O Estádio de Pítuaçu, deputado Gaban, era para ser entregue aos baianos ontem à torcida do Bahia, contudo mais uma vez o governo, com seu engodo, não o aprontou.

Em compensação, o prefeito José Ronaldo mostra ao governo do Estado como é que se trabalha. Ontem, no jogo Bahia-Coríntias, o prefeito José Ronaldo inaugurou o placar eletrônico do Estádio Jóia da Princesa. É triste saber que Salvador, hoje, não tem um estádio para os soteropolitanos, especialmente para a torcida do Bahia poder assistir aos seus jogos. Mais grave ainda, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a que é o deputado da saúde, ontem, no debate, o prefeito João Henrique fez um apelo ao governador Jaques Wagner para que coloque policiais na rua. Os médicos não estão indo para os postos de saúde porque não tem segurança pública, não tem policial para proteger o cidadão nem para dar segurança aos médicos para que atendam a nossa população.

Infelizmente, o governo que aí está continua sendo, meu caro presidente, da propaganda, da enganação e que não respeita a inteligência do povo baiano. Governo que, na propaganda, apresenta a Bahia com um grande progresso, como se fosse um estado desenvolvido, mas na verdade o que temos de concreto sobre o Estádio de Pítuaçu é a dispensa de 550 milhões. E nada de estádio, que era para ter ficado pronto de julho a agosto ou ser entregue sábado pro jogo do Bahia x Corinthians! E nada de novo! É um governo que não honra nem cumpre nada do que promete. Até agora, Sr. Presidente, não disse a que veio para a Bahia e os baianos.

Imagino a dificuldade do meu amigo deputado Isaac, um homem sério, íntegro, uma legenda de moralidade que no seu município, Jequié, defendeu o governo estadual. É difícil. Qual foi a ação efetiva que o governo levou para lá ou Campo Formoso? Imagino a dificuldade também do meu amigo Adolfo Menezes em subir a esta tribuna para defender este governo.

Então quero aqui registrar que mais uma vez a torcida tricolor foi enganada, posta para trás porque o governo prometeu entregar o Estádio de Pítuaçu para o jogo do Bahia contra o Corinthians, mas novamente não cumpriu nada do que prometeu à Bahia e aos baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Na seqüência do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Adolfo Menezes, por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputados Heraldo e Sandro, mais alguns dados que envergonham a Bahia, o Brasil e todos nós. Como é possível, deputado Jurandy, que a nossa Justiça permita, como ocorreu nessas eleições, que vários candidatos a prefeito sejam eleitos através de fraudes?! Digo fraudes porque em algumas cidades do nosso Estado o prefeito, deputado Isaac, foi até o último momento sabendo que não ia conseguir o registro no TSE. Não dava nem para trocar as fotos da urna. Então muitos municípios votaram numa pessoa e elegeram outra. É um absurdo que isso ocorra neste País! Com o grau a que chegou o desenvolvimento do atual sistema de votação, hoje um dos mais seguros do mundo, é impressionante que não se tenha competência ou não se queira delimitar os prazos, como acontece em qualquer processo eleitoral, pelo menos quanto a registros, impugnações! Não é possível que o Tribunal Superior Eleitoral, deputado Gaban, não dê um prazo para julgar todos os casos pendentes e para que dê tempo de irem às urnas realmente os candidatos.

Existe um caso no município de Cansanção, Srs. Deputados, onde na última hora o prefeito, que não conseguiu o registro, trocou de candidato, colocou um laranja em seu lugar. A juíza mandou que fizesse a divulgação, mas já no sábado, na véspera das eleições - e sabemos como funciona o interior -, quebraram os carros de som. Quer dizer, a população foi iludida, votou no candidato que estava na urna e elegeu outro sem saber!

Portanto, este País é uma piada! Esses nossos tribunais são uma piada.

Não é à toa que a Bahia nos envergonha mais uma vez. No Tribunal de Justiça da Bahia, 50% dos processos estão parados. É juíza envolvida com traficantes. E não sou eu quem está falando, não, são os meios de comunicação. Juíza da qual já falamos aqui anteriormente e já havíamos esquecido. Talvez esse caso tenha sido levantado novamente devido à vinda do Conselho Nacional de Justiça. Agora, dizem que é preciso esperar pela juíza, que está de férias ou de licença médica. É um absurdo.

Não é possível que este País, com a riqueza que temos, deixe acontecer o que estamos assistindo ainda hoje: a população sendo iludida em várias cidades deste Estado, deputado Gaban. Cito um exemplo, porque houve vários na Bahia. A população, em sua maioria carente, desinformada, vota no candidato que aparece na urna e está elegendo outro. E a Justiça, ao que me consta, deixa acontecer. Até porque ela é culpada, pois deveria dar um prazo - se existe prazo, este não foi cumprido -,

como, por exemplo, em 30 dias deve estar todo mundo registrado, ou não, para que se dê tempo de trocar quem deva ser trocado.

É por isso, deputado Gaban, que acredito que devamos ter, a partir de 2009, uma reforma política que acabe com a reeleição, que, em minha opinião, é maléfica para nosso País, porque a maioria dos prefeitos detona, este é o termo, os recursos, faz miséria para ser reeleita, e quem paga é o povo, porque é tudo feito com recursos públicos.

Eu acredito que essa é uma vontade do presidente Lula, já pensando em voltar a ser presidente em 2014. Num acordo, segundo dizem, entre o governador de Minas, Aécio Neves, e o governador de São Paulo, é possível que tenhamos, brevemente, o final da reeleição e, quem sabe, até a coincidência de mandatos. Não estou aqui advogando em causa própria, mas não se pode fazer eleições de 2 em 2 anos. Alguma forma tem que existir para acabar com essa farra.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, R\$ 1 bilhão foi gasto nessa eleição, num País que carece de hospitais. Aqui, na Bahia, mesmo, para não falar em outros estados da Federação, não há UTI suficiente para atender aos cidadãos do Estado. O Brasil não foge à regra, gasta-se R\$ 1 bilhão no processo eleitoral, quando se poderia unificar... de que forma, eu não sei. Acredito que já existam vários estudos para ver qual a melhor forma para este País, que carece de tanta coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

É mais uma coisa que nos envergonha esse absurdo do povo votar em um candidato que está na urna e eleger outro sem saber, como ocorreu em vários municípios desta Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o nosso querido deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria saudar os fazendários que se encontram aqui, nas Galerias Paulo Jackson, discutindo com os parlamentares quanto à competência para o exercício da fiscalização de tributos e a efetuar o lançamento de crédito tributário. Os agentes de tributos do Estado da Bahia já realizam toda a fiscalização, no entanto, não podem efetuar o lançamento. Há uma discussão, um debate na sociedade a respeito dessas funções.

Eles apresentam uma síntese da organização de 26 fiscos estaduais e um fisco distrital quanto à competência *para exercer a fiscalização tributos e efetuar o lançamento do crédito tributário*.

1ª SITUAÇÃO – A lei estabelece que a fiscalização seja realizada por CARREIRA ÚNICA nas grandes, médias, pequenas, microempresas e trânsito de mercadorias.

2ª SITUAÇÃO – A lei estabelece que a fiscalização seja realizada por mais de uma carreira, mas determinada carreira só tem competência para efetuar o

lançamento do crédito tributário no trânsito de mercadorias.

3ª SITUAÇÃO – A lei estabelece que a fiscalização seja realizada por mais de uma carreira, mas determinada carreira só tem competência para efetuar o lançamento do crédito tributário no trânsito de mercadorias.

4ª SITUAÇÃO – A lei estabelece que procedimentos de fiscalização no trânsito de mercadorias e em contribuintes de baixa capacidade contributiva sejam realizados por mais de uma carreira, mas determinada carreira não tem competência para efetuar o lançamento do crédito tributário”.

Praticamente todos os Estados têm competência para efetuar o lançamento do crédito tributário, e é isso que os fazendários estão defendendo no Estado da Bahia. Defendendo uma reformulação no sentido de garantir isso que eles já fazem, que é a fiscalização, faltando apenas ter a competência para o lançamento de créditos tributários nas pequenas empresas e trânsito de mercadoria.

Essa é a luta e a discussão que os fazendários trazem e que naturalmente virá à Assembléia Legislativa para ser debatida e discutida. Esse projeto de lei provavelmente deverá ser enviado para o Executivo para que esta Casa possa discutir essa questão. Acho muito importante que os parlamentares comecem a discutir, a debater, a ver exatamente e analisar essa proposta para quando o projeto chegar a esta Casa Parlamentar já tenha o conhecimento prévio da situação e possa contribuir fazendo com que se resolva um problema que se arrasta há anos.

Gostaria de abordar aqui outro assunto, que é a greve dos bancários, que já se encontra no Estado da Bahia na quarta semana. Até o momento os bancos não apresentaram propostas que pudessem pôr fim ao impasse criado pelo sistema financeiro. Na realidade, hoje está ocorrendo uma reunião entre o comando nacional dos bancários e a Federação Nacional dos Bancos.

Espero que os bancos, que vêm obtendo lucros extraordinários, apresentem uma proposta para pôr fim ao impasse da greve dos bancários.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos sabendo que a Secretaria da Saúde do Estado está comprando diversos equipamentos sofisticados e de alto custo. Mas como tudo neste governo é “como nunca antes aconteceu na história”, tudo leva para a incompetência, para uma situação nebulosa. A Secretaria da Saúde, no momento, está comprando 60 ventiladores pulmonares, fracionando a licitação, porque lançou um pregão, deputado Heraldo Rocha, para esses 60 ventiladores, e logo após lançou pregões fracionados para a aquisição de mais 220 ventiladores com as mesmas especificações.

O estranho é que nesse primeiro pregão eletrônico a empresa vencedora está fornecendo um ventilador por 70 mil reais, quando o preço de mercado é de 50 mil reais. O pregão eletrônico contou com 9 empresas participantes, dessas nove, oito foram desclassificadas. Uma delas pediu por duas vezes a revisão da desclassificação

e por duas vezes lhe foi negado o pedido.

Misteriosamente, há poucos dias um terceiro pedido de reconsideração foi aceito por meio de uma exigência que não constava no edital. Fez-se o teste do equipamento no dia 16 de maio no Hospital Ana Nery, e no dia 14, dois dias antes do teste, o parecer técnico já aprovava o fornecimento do equipamento por 70 mil reais.

Dr. Jorge Solla, V.Ex^a se diz de uma capacidade enorme. Não sabia de suas qualidades no campo dos espíritos, da vidência. Como dois dias antes de fazer o teste no equipamento, V.Ex^a e sua equipe já davam o parecer favorável?

Quem fez o teste no equipamento foi um tal de Alfredo Corneale; ele é um argentino que, segundo as denúncias, não possui CREA brasileiro, mas é esposo da Dr^a Marcélia Souza, diretora técnica da Secretaria de Saúde. Os dois estão lá por indicação do deputado Walter Pinheiro. Eu não sabia que ele tinha também um grande quinhão na Secretaria de Saúde.

É a essa administração que a Bahia está submetida, que faz dispensa de licitações como se troca de camisa. Quando consegue fazer um pregão eletrônico, é eivado de vícios.

Quero saber, deputado Bira Coroa, para onde está indo essa diferença de 20 mil reais em cada aparelho. E por que a Secretaria de Saúde do Estado fraciona essa licitação, quando vai adquirir 280 ventiladores pulmonares com as mesmas especificações, lança um pregão laranja e depois sai distribuindo ao seu bel prazer esses outro 220 ventiladores pulmonares, com preços de 20 mil reais a mais do que o do mercado.

Já sabíamos das graves deficiências das comissões de licitação da Secretaria de Saúde; já sabíamos de uma conversa dura entre o governador Jaques Wagner, que despacha num dia e leva 60 ou 90 dias para voltar a trabalhar com os secretários, esquecendo-se do que está acontecendo.

Estamos assistindo à total desorganização de uma administração marcada pela incompetência e pela ausência do governador diante dos atos administrativos. Mais um escândalo da Secretaria de Saúde, desta vez com os ventiladores pulmonares, quando o Dr. Jorge Solla está adquirindo esses ventiladores a preços em média 20 mil reais mais altos do que os praticados no mercado. Mas o dinheiro é da viúva. Ninguém se incomoda com isso nem toma conta disso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- A Presidência quer convidar o querido deputado Heraldo Rocha para ocupar o lugar do prefeito eleito de Feira de Santana, deputado Tarcízio Pimenta.

Com a palavra o futuro prefeito já eleito, no 1º turno com 60% dos votos, deputado Tarcízio Pimenta.

O Sr. TARCÍZIO PIMENTA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, no último sábado, o jornal *A Tarde* traz uma matéria que começa a preocupar o Estado: “Arrecadação baiana diminui R\$154 milhões”. Senhores, que foram aqui

apresentados como fiscais de tributo, se não estou equivocado, o governador Jaques Wagner declarou, que a queda não comprometerá o Plano de Cargos e Salários dos funcionários.

Acho que apenas essa explicação não basta. Acredito que o governador deveria dizer em público o que está acontecendo com as finanças públicas no Estado da Bahia. Dizer apenas que o funcionário não será afetado? Seria muita, eu diria, perversidade do governador, punir o servidor público, porque a Bahia não consegue investimentos. O que significa isso? Que a Bahia estagnou, parou de crescer!. Não está tendo atrativos para o empresariado. A Bahia não está dando oportunidades para os investimentos no Estado. Paralisou! E o governo tem que dar respostas para isso, e não querer minimizar uma queda de R\$160 milhões na arrecadação, como se isso não tivesse importância. Isso irá se refletir na Saúde, Educação, Segurança Pública. O governo, ano passado, reduziu o orçamento da Segurança Pública, e nós fomos forçados a votar na redução orçamentária. Hoje percebemos como está a segurança pública no Estado. Isso não é uma brincadeira, governador! Isso preocupa o Estado e. uma matéria um tanto quanto truncada, porque mistura crise nacional e internacional, com arrecadação do Estado. Pelo que sei, grandes economistas deste País, como o ministro Guido Mantega, têm se pronunciado, dizendo que o Brasil não está imune a essa crise internacional e que até o presente momento o País não se abalou com nada.

O que nos interessa é que houve uma queda na arrecadação do Estado. Eu não sei se o governador, talvez ainda flutuando, não analisou friamente os números, não conversou com o seu secretário da Fazenda e, talvez, não convocou os técnicos da Fazenda do Estado para saber o que é que está acontecendo... Onde está o problema? Onde é que está a dificuldade do Estado que está fazendo a sua arrecadação cair? Eu não sei...

Acabei de receber agora um documentário do Estado da Bahia, muito bem feito. Antigamente, aqui nesta Casa, reclamava-se do material distribuído dos governos anteriores. Era uma crítica terrível: “Como é que se gasta dinheiro com um material de tamanha...” Não mudou nada! Talvez tenha mudado a gráfica ou local onde se imprime, mas é a mesma coisa!. Balanço das ações do governo do Estado 2007-2008, 18 meses de governo. Será que eles colocaram aqui essa expectativa? Porque eu não acredito que o Estado em que o governador recebeu as finanças saneadas, isso, inclusive, o próprio secretário Carlos Martins, quando esteve nesta Casa, disse: “Estou recebendo o Estado financeiramente equilibrado, estou recebendo a Secretaria da Fazenda em perfeitas condições. Vou trabalhar com o Orçamento, que está muito bem distribuído, tudo equilibrado.”

Não sei. Inclusive, parece que amanhã ele vem aqui à Casa e deve trazer explicações sobre essa matéria do jornal *A Tarde*, sobre a queda do Orçamento do Estado, porque isso começa a preocupar! Esse assunto é preocupante! Esta Casa tem que, realmente, se inteirar do que está acontecendo, afinal de contas, nós vamos votar o Orçamento agora no final do ano, e precisamos saber, para que não votemos aqui uma peça, ou votemos algo sem saber no que estamos votando!

Então, acho que o jornal está fazendo a sua parte, trazendo à tona um fato que

precisa, carece de explicações. E vamos aguardar a presença do Sr. Secretário de Estado, da Fazenda, amanhã, e que ele traga realmente explicações sensatas, concretas e tranqüilize o Estado, porque hoje a matéria é 154 milhões só, amanhã, isso pode vir com outra nota ou outra matéria.

Concluo agradecendo a V.Ex^a, esperando, amanhã, ansiosamente que o secretário nos traga boas explicações que convençam inclusive esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Convido o nosso querido deputado Bira Coroa para compor a Mesa no lugar do deputado Isaac, que vai falar no Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Isaac Cunha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes nas Galerias, sejam bem-vindos a esta Casa, estamos aqui à disposição dos senhores para juntos resolvermos problemas que a Bahia enfrenta.

Venho nesta tarde fazer um agradecimento especial a todos os moradores, à população de Jequié, neste momento, algumas pessoas estão a me ligar, e quero dizer àquela comunidade da felicidade com que me recebeu ao longo desses anos e pelo feito comigo naquela cidade nas eleições da qual faço parte desde 2004, sendo candidato a prefeito, quando obtive 15 mil votos, logo em seguida, em 2006, candidato a deputado estadual e, hoje, estou nesta Casa representando não só a comunidade de Jequié, mas toda a Bahia.

Quero, mais uma vez, parabenizar aquele povo, que acredita e sempre acreditou no projeto político do Partido dos Trabalhadores, acreditou no nosso trabalho desenvolvido naquela cidade. Neste pleito, não conseguimos o objetivo maior. No futebol o maior objetivo é o gol, na política, é ganhar as eleições. Mas num feito inusitado, mais uma vez, provamos a capacidade daquele povo, que com sua habilidade, de forma coerente e sensata, nos deu neste pleito 21 mil votos. Isso quer dizer que houve um acréscimo de 40% da eleição de 2004 para a de 2008, 40% foi o lucro desse trabalho.

Agora, quero agradecer também pela participação das duas juízas, que de forma segura, ética e transparente conduziram o processo eleitoral, buscando agir de forma correta o tempo todo, a Dr^a Geísa e a Dr^a Lúcia Prisco Novato.

Mas quero aqui, Srs. Deputados, fazer uma crítica e dizer, ou enviamos uma reforma política urgente ao Congresso e que haja mudanças nas ações do TSE, porque o que vimos lá em Jequié e nas cidades vizinhas foi simplesmente algo que me deixou triste, porque aquilo que o TSE proibiu – *showmícios*, camisas, brindes, etc. – transformou-se em compra de votos de uma forma deslavada. Não dá para dizer o que sobrou de brindes em Jequié e nas cidades vizinhas! Houve momentos que eu não tinha como agir, porque vi o dinheiro rolar de uma forma assustadora.

O TSE e os nossos companheiros de Brasília precisam adotar atitudes urgentes. É necessário haver uma reforma logo, porque não existe justificativa para o que

aconteceu na minha cidade. Mas, infelizmente, um município do porte de Jequié, um dos dez maiores do Estado, vive atualmente uma grande crise econômica e de geração de emprego e renda. Na verdade, não há uma cultura para gerar emprego, por isso vemos uma comunidade carente sendo comprada na calada da noite, de uma forma que eu nunca vi.

Srs. Deputados, vi pessoas encapuzadas e armadas na calada da noite, numa operação corujão, coagindo cidadãos com a compra do voto. Temos alguns registros e denúncias. E já tramita, caro presidente, companheiro Bira Coroa, na Justiça uma ação movida por um adversário político contra o atual prefeito por coação e compra de voto. Pasmem, Excelências, o prefeito eleito também está entrando com uma ação contra um outro candidato por coação e compra de votos.

Quero agradecer e parabenizar o povo de Jequié, porque a nossa campanha foi brilhante, limpa, honesta, como sempre fiz em toda a minha vida política. Faço política de forma ética e tínhamos uma proposta definida para o nosso município.

Deixo os meus agradecimentos àquele povo ordeiro e amigo de Jequié. Um grande abraço e muito obrigado a toda a comunidade jequieense por esse apoio, pelo carinho e pela votação que nos deu nesse pleito de 2008.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^as Deputadas, Srs. Deputados, terminado o pleito eleitoral, vou tocar em dois assuntos abordando o que disse o deputado Adolfo, misturado com o que falou o deputado Tarcízio Pimenta.

Primeiro, tratarei das últimas eleições. O que ocorreu foi uma vergonha! Mas era um fato previsto, desde que os deputados federais não cumpriram a obrigação deles de fazer uma reforma política. Foi uma das eleições mais caras que já houve não só na Bahia, mas no Brasil todo, quando o poder econômico interferiu diretamente no resultado.

Não fosse só isso, tivemos também a vergonha que ocorreu em dezenas de municípios da Bahia e do Brasil, com candidatos considerados ficha suja ficando até o último momento – até porque sabiam da sua força eleitoral –, e às vésperas do pleito, como não existe legislação que regulamente a eleição, retiraram suas candidaturas, na surdina. Mas os nomes deles ficaram, e assim o eleitor votou naqueles candidatos que tinham sido chamados de ficha suja, que estavam inelegíveis. Enfim, o voto era neles, mas os eleitos eram outros.

Falo com uma tranquilidade muito grande porque tive dois casos de candidatos que tiveram suas candidaturas impugnadas. Ficamos até o último momento tentando uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral, como ela não ocorreu, deputado Roberto Carlos, fomos ao palanque e lançamos um novo nome. Como, por exemplo, em Morro do Chapéu, onde realizamos um comício no último dia permitido, 2/10, e lançamos um novo candidato – já que o nosso, Aliomar, que estava disparado nas pesquisas em decorrência do belíssimo trabalho realizado, não teve o seu processo julgado pelo TSE –, o presidente da Câmara, e ganhamos. Da mesma forma em Barra

da Estiva, onde tínhamos um candidato já eleito, vitorioso, mas não deu para manter a sua candidatura, por isso lançamos outra.

Mas isso não aconteceu na maioria dos casos. E a Justiça, não que a culpa seja dela, mas dos deputados federais que não cumpriram com as suas obrigações. E eu me encontrei com vários deputados federais: Rapaz, que eleição cara, que eleição maluca! E eu lhes dizia: Os culpados são vocês que não cumpriram com suas obrigações. A decisão vai para cada juiz, para cada desembargador e lógico que ninguém é idêntico. Como não há legislação pertinente, cada um analisa e julga da maneira que acha mais conveniente ou mais adequada, segundo o seu raciocínio.

Então não cabe querer criticar agora a Justiça. Quem tem que ser criticado são os deputados federais. Espero que façam uma reforma política e que não tenhamos mais eleição a cada 2 anos, pois isso tornou-se proibitivo, caríssimo, e a influência do poder econômico é altíssima. Eu, particularmente, sou favorável a mandato de 5 anos com direito a reeleição, mas se for candidato e estiver no exercício do cargo, no caso do Executivo, tem que se afastar, senão a máquina é utilizada. Tenho vários prefeitos reeleitos e estou muito à vontade para falar sobre esse tema. Temos que fazer algo para que moralize, para que discipline a eleição e para que a democracia venha realmente prevalecer em nosso Estado.

Aproveitando o pouco tempo que me resta, gostaria de falar sobre uma matéria do jornal *A Tarde* de hoje. O exercício do cargo nos impõe algumas condições. Temos que ter cuidado com o que falamos. Logo que começou essa crise mundial, eu ouvi declarações em vários Estados, não foi só na Bahia, não. “Ah, não vamos mais contratar funcionários, não vamos mais promover funcionários, não vamos mais fazer concurso público.

Será que os governos dos estados são acionistas da Bolsa de Valores? Porque não deu tempo para ter reflexo na economia e ter 154 milhões de queda. Não existe isso, gente. Só se o governo daqui fosse acionista da Bolsa, aí perderia e muito. Tenho certeza absoluta de que essa declaração foi equivocada, não é oficial, não poderia ser.

Então a gente vê por aí, por exemplo, uma crise enorme na área de Segurança no país inteiro, e a Bahia não é diferente.

Temos 99 delegados concursados e foi publicado no Diário Oficial que logo que terminassem o treinamento, eles seriam incorporados. E até hoje nada. Nós vimos o que ocorreu no Estado de São Paulo, brigas entre a Polícia Civil e a Militar. Vimos o que aconteceu no Rio Grande do Sul, brigas! Será que vamos esperar acontecer briga aqui dentro entre as polícias?

Na penúltima sessão da Comissão de Segurança, a Polícia Civil veio aqui em estado de greve. O deputado Heraldo Rocha estava lá e tive que parabenizá-lo, pois, da mesma forma que eu fiz, ele também salientou para que eles tivessem cuidado. Se são da Segurança, como é que eles poderiam estar em greve? O deputado Heraldo Rocha foi no mesmo sentido, o deputado Eliedson também estava lá até a hora em que eu fiquei ele se pronunciou no mesmo sentido. Temos que dar resposta à polícia. Será que vamos esperar que eles entrem em greve, como já estavam querendo

decretá-la no Estado da Bahia.

Eu tenho muitos amigos na Polícia Militar, tenentes, coronéis, cabos e sargentos que estão inseguros. Primeiro, eles não têm um salário digno; segundo, a imprensa, e aí eu culpo a imprensa, quando há algum excesso da Polícia, critica. Nesse caso da menina que foi assassinada, lá em São Paulo, se a polícia tivesse matado o menino, iriam dizer: “Poxa, matou um menino de 22 anos. Coitado do menino que teve um exagero de amor”. Aí não matou, aconteceu uma tragédia e a polícia é culpada. Quer dizer, se a Polícia mata, é culpada porque matou um menino de 22 anos que amava demais. Se não mata, acontece uma tragédia...

O que temos que aprender com isso? Nós temos que investir na Segurança, no treinamento, na capacitação. Vemos um brasileiro na SWAT, que dá treinamento para o mundo inteiro, ensinando muitas táticas utilizadas em outros países. Temos que aprender essas coisas boas no Brasil e anteceder o problema. V.Ex^a devia estar em campanha nesse período, como a maioria de nós, mas eu participei, deputado Javier, da Comissão de Segurança Pública, da qual sou vice-presidente e percebi a inquietação que existe nessa área militar.

Então, nós todos temos obrigação de anteceder, tomar as providências necessárias, o exemplo já foi dado em São Paulo, o exemplo já foi dado no Rio Grande do Sul e não podemos ter outra greve da Polícia aqui no Estado da Bahia. Então, quando vejo manchetes nos jornais, de alguém que dá uma entrevista sem ter a preocupação, a consciência com o exercício do cargo, impõe-me algum tipo de cautela...

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- (...) cria insatisfação e pode ter um reflexo na segurança, que é o que nós não queremos para o Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Javier Alfaya, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Deputado que ora preside a sessão, é um prazer tê-lo no comando dos nossos trabalhos na tarde de hoje, companheiro do Partido da Mobilização Nacional, demais colegas que integram a comissão, vice-presidente da comissão que eu presido, Comissão de Saúde e Saneamento; companheiro Bira Coroa, que comigo está empenhado na eleição do companheiro Pinheiro para prefeitura de Salvador. Nossa posição hoje, à tarde, aqui, é para registrar algumas posições e sairmos a campo para garantir os votos para nossa vitória aqui na capital baiana. Parabéns pela vitória em Camaçari, companheiro Bira Coroa, do ex-deputado estadual, agora prefeito e reeleito, Luiz Caetano.

O que me traz à tribuna, hoje, com o apoio do nosso Líder Waldenor, é fazer

um breve balanço acerca do processo eleitoral na Bahia como um todo e da performance do meu partido, do Partido Comunista do Brasil, que conseguiu patamares históricos de avanço nessa eleição.

Nós saímos de, por exemplo, não eleger prefeito algum em 2004 para elegermos 18 prefeitas e prefeitos nesta eleição. Elegemos 149 vereadores e vereadoras, igual ao número do PTB, partido legalizado antes do nosso, partido com presença em várias posições políticas do nosso Estado; somos o 7º partido político no Estado da Bahia, agora, em termos de quantidade de prefeitos e prefeitas; somos o 9º partido em termos de vereadores e vereadoras. Conseguimos eleger um prefeito com grande destaque na quarta maior cidade da Bahia, que é a cidade de Juazeiro, cidade que é o 4º PIB agrícola do Brasil, perdendo apenas para municípios paulistas; elegemos no Extremo Sul, na sua segunda terra, o prefeito de Prado, o companheiro Jonga.

Então, a vitória do PCdoB, esse arranque do PCdoB na Bahia se deve a uma série de fatores: o primeiro deles é que nós aplicamos com responsabilidade, com profundidade, uma diretriz nacional do partido que estabeleceu que nessas eleições de 2008 havia chegado a hora dos comunistas se apresentarem com mais explicitude, com mais clareza para a sociedade brasileira, disputando aonde fosse possível o maior número de cargos para o Executivo. Então, além de elegermos 18 prefeitos e prefeitas, elegemos também 19 vice-prefeitas ou vice prefeitos espalhados por toda nossa querida Bahia.

Então, nós aplicamos aqui uma política nacional, uma política que corresponde à necessidade da sociedade brasileira conhecer todos os projetos políticos que estão em curso no Brasil, saindo, muitas vezes, dessa confusão que é uma mistura de siglas de partidos que muitas vezes têm a sua existência questionada, na medida em que eles são legendas que saem de outras legendas, as quais por sua vez também saem de outras, numa espécie de terceirização e “quarteirização” partidárias que nós vemos em algumas oportunidades. São sublegendas que criam outras sublegendas, que também criam mais sublegendas e vão assim se aglutinando ou se criando para poderem açambarcar lideranças locais que acabam, no final, igualmente se aglutinando em grandes coligações sem necessariamente cada partido contribuir de forma efetiva com um programa, um conjunto de idéias para a construção duma visão para o eleitorado mais clara do que cada coligação representa.

Não é o caso do meu partido. O PCdoB foi criado em 1922, é o partido mais antigo em atividade ininterrupta no Brasil. Foi anterior ao PSB, o Partido Socialista Brasileiro, que é de 1948. Portanto, o Partido Comunista do Brasil é o partido mais antigo que disputa as eleições e que existe legalmente em nossa República. Com isso nós acumulamos um histórico de experiência que nos permite agora no início deste século XXI, um século de muita esperança para a transformação da humanidade, ter uma retomada do movimento de Esquerda em nível mundial, especialmente na América Latina. E uma outra retomada com todo o vigor no meio desta onda progressista que existe na América do Sul, este pedaço fantástico das Américas: a do crescimento também do PCdoB.

O segundo fator, deputado Isaac, é que o partido faz parte não de maneira isolada e autônoma de um projeto qualquer, próprio, apenas próprio. O nosso é próprio tendo em vista que nós possuímos uma característica bem definida como um projeto que intervêm a favor de uma luta estratégica: o socialismo. Um socialismo à brasileira, que leva em conta a nossa cultura, a nossa trajetória, a nossa tradição, abandonando o velho modelo, deputado Heraldo, de cópia de modelos socialistas de outras realidades, de outros países, de grande importância para a história da humanidade, mas que inclusive não deveriam ter sido repetidos, porque acabaram dando em alguns problemas importantes na experiência socialista pelo mundo. Porém nós somos do “Partido Socialismo”. Sem a menor dúvida nem a menor vacilação, é o nosso slogan: PCdoB, o partido do socialismo.

Ao lado de outros partidos progressistas e de Esquerda nós estamos neste grande projeto, que é representado pelo programa - ou por boa parte dele - do governo e pela liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Somos um partido que desde 1989 esteve com Lula na primeira, segunda, terceira, quarta e quinta candidaturas. Enfim, estivemos com esse nosso companheiro nos seus melhores e piores momentos, dentro e fora da Presidência.

Eu mesmo - nunca disse isto aqui, em Plenário - era diretor de Cultura da UNE, deputado João Bacelar, e fui em 1981 a São Paulo ao lado de Jair Meneghelli, que na época era líder metalúrgico, ainda nem era deputado federal. Sentei-me ao lado de Lula quando este foi responder ao processo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, no Tribunal de Justiça Militar, lá na Brigadeiro Luiz Antônio, centro da capital paulista. Sentei ao lado de Lula. Estava ele e também o Jair Meneghelli, dois líderes sindicais. E um cara que representava os estudantes. Esse cara era eu, diretor de Cultura da UNE, União Nacional dos Estudantes, em 1981.

Então nós temos este compromisso com o presidente Lula, o projeto de afirmação nacional do Brasil e de integração econômica, cultural, social e política da América do Sul, ao lado do PT, PSB, PDT e de outros partidos que também merecem todo o nosso respeito, como o PMN, o PHS e outros tantos que nacionalmente compuseram conosco a frente de Esquerda e agora compõem uma outra frente, uma união, uma unidade de partidos que sustenta - com uma visão que vai muito além da distribuição de cargos, ministérios e influências no Orçamento - tal proposta.

Está aí o sucesso da política internacional brasileira. Ela é um sucesso mesmo! Na minha opinião é a melhor coisa, entre outros aspectos, do governo do presidente Lula. É de fato uma grande inovação, uma grande conquista! Então, é o segundo grande elemento da nossa vitória que decorre deste compromisso, companheiro deputado Heraldo.

O terceiro elemento que nos levou à vitória foi o empenho, a militância, a dedicação, a representatividade, a combatividade dos nossos dirigentes aqui, na Bahia, e da nossa militância de base, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, intelectuais, estudantes universitários e secundaristas, lideranças populares rurais, líderes operários, políticos e empresariais, e artistas que se juntaram a nós para eleger 45 candidatos. Não elegemos os 45, elegemos 18. Para os mais de 2

mil candidatos que lançamos, elegemos 149 vereadores e vereadoras. Foi uma grande performance.

Então, esse empenho de fazer campanha, muitas vezes, sem ter R\$ 1,00 no bolso para por gasolina no carro, tendo que empurrar carro velho para pegar no tombo, para poder sair pelo meio rural, pela zona rural disputando voto, enfrentando candidato do jogo-do-bicho; candidato dos esquemas viciados da política brasileira, que ainda sobrevivem com muita força, tanto aqui, na capital, como no interior do nosso Estado; o uso abusivo da máquina pública a favor de certas candidaturas; as ameaças físicas, as tentativas de agressão, a tentativa de amedrontar a militância; tudo isso que se viu e ainda se vê pelo interior da nossa querida Bahia.

Nós enfrentamos tudo isso, e a militância do partido enfrentou com toda combatividade, com toda segurança, com toda força e conseguiu vencer em cidades como Gandu, que é conhecida por sua tradição de violência, uma cidade que já teve um prefeito assassinado, Eliseu Leal, no dia 2 de setembro de 1980, uma cidade com tradição de embates, de violência, de ameaças. Ganhamos lá com uma grande liderança, a Dr^a Irismar, uma médica que já tinha sido candidata duas vezes.

Ganhamos em Prado, com o companheiro Jonga, lá no Extremo Sul da Bahia. Ganhamos em uma série de outras cidades, como Juazeiro, de que já falei, e Correntina. Reelegemos a prefeita Tânia Portugal na Região Metropolitana de Salvador, e outras tantas. Em um outro dia, vou fazer uma lista completa das cidades.

Quero dizer que, com isso, o partido se coloca, agora, em outro patamar de importância para a luta política em nosso Estado, para o fortalecimento desse grande governo de Jaques Wagner, que é um governo que está enfrentando com toda coragem essa herança deixada por 25 anos, 30 anos de concentração de poder, de concentração econômica, de concentração de investimentos em Camaçari e na Região Metropolitana de Salvador, de forma irresponsável para com o interior do Estado da Bahia.

Surpreenderam-me as palavras do deputado recém-eleito prefeito de Feira de Santana, o deputado Pimenta. Não o nosso Pimenta, mas o outro Pimenta, o do PFL, Tarcízio. Então, o deputado Tarcízio, que deve estar ouvindo-me, certamente, do seu gabinete, fez aqui um discurso que não entendi muito bem. Ele se referiu a uma certa suposta leviandade do governo federal e do governo estadual relativamente aos investimentos em nosso Estado.

Acho que o deputado, que vai ser empossado em janeiro como prefeito da segunda cidade do Estado da Bahia, a primeira coisa que deve fazer ao tomar posse é ler o PPA. É ler aquilo que foi aprovado como roteiro de plano de governo do Estado da Bahia, aprovado, inclusive, a partir da opinião de Feira de Santana, a partir da opinião de industriais de Feira de Santana, para saber o que está sendo feito em termos de infra-estrutura, em termos de estrutura para garantir o desenvolvimento econômico do interior da Bahia, saindo daquela velha condição de termos 83% dos investimentos públicos e privados na Bahia vinculados a 11 municípios, que eram os que integravam antes, agora são 13, a Região Metropolitana de Salvador, deixando 17% de investimentos para o restante dos municípios.

Então, 406 municípios, deputado Getúlio, recebiam apenas 17% dos investimentos, vitimando cidades gloriosas como Feira de Santana e outros tantos municípios que ficaram à míngua durante décadas.

Portanto,...

O Sr. Zé Neto:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Vou conceder-lhe o aparte, deputado Zé Neto. Um minutinho só.

Eu considero que o governo Wagner está dando uma virada histórica na história, mesmo, econômica de desenvolvimento do nosso Estado, incluindo aí todo o interior da Bahia. Os grandes investimentos que vêm do Programa de Aceleração do Crescimento, como a Ferrovia do Oeste para o litoral baiano, a recuperação das estradas, juntamente com o governo federal, tanto as BAs como as BRs, por exemplo a BR que liga Salvador a Feira de Santana e outras tantas, são melhorias que serão feitas. Tudo isso vai trazer a curto prazo uma grande alavancagem para a economia do nosso Estado. É a retomada, finalmente, da indústria naval na Baía de Todos os Santos. Já tivemos empresas, deputado Isaac, com 8 mil operários, como a Equipetrol. Grandes indústrias e empresas aqui vão ser reinstaladas, ou instaladas a partir dos contratos com a Petrobras para a construção de plataformas e de barcos. São 270 contratos envolvendo a construção e compra de barcos, equipamentos que vão de pequenas lanchas a superpetroleiros, passando por plataformas de perfuração.

O Sr. Paulo Azi:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Então, os senhores vejam que a Bahia está engatada nesse processo, nesse projeto de desenvolvimento nacional. Quem implementa isso com brilhantismo é o governador do Estado Jaques Wagner, com seu secretariado, que é competente, dedicado e honesto. Não está envolvido em maracutaias, como vimos ex-secretários de governos passados que tiveram de fugir para Portugal por causa da utilização de recursos no SAC, ao lado de parentes de ex-governadores, ex-senadores, etc, etc, etc, etc. Temos um secretariado limpo! Temos um secretariado limpo, não está envolvido em maracutaias e não participa da negociação dos percentuais da atração de investimentos para a Bahia.

É este governo que está dando uma virada em nosso Estado e vai ajudar prefeitos como o de Alagoinhas, Paulo César, que foi nosso colega deputado e acabou vencendo o meu companheiro e amigo Pedro Marcelino na disputa pela prefeitura de Alagoinhas. Agora, Paulo César terá um comportamento diferente, porque o antigo prefeito do PT sofreu muito no governo passado, anterior ao nosso, por não receber recursos, apoio que o governo do Estado tinha de dar às prefeituras. Agora, mesmo aqueles adversários que ganharam a eleição irão receber do governador Jaques Wagner todo o apoio, ele dará todo o apoio aos prefeitos e às prefeitas para que façam uma boa administração.

Pela ordem dos pedidos, concedo apartes aos deputados, primeiro, Zé Neto, segundo, Paulo Azi, depois Waldenor, nosso Líder.

O Sr. Zé Neto: - Deputado Javier, primeiro, gostaria de dizer que as colocações

de V.Exª são brilhantes. Parabéns ao PC do B, um partido sempre aliado à luta democrática no Brasil. Na Bahia, sempre estivemos nas grandes disputas ao lado do povo, da população mais carente e dos movimentos sociais. Então, em nome de seu partido, V.Exª está de parabéns.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Muito obrigado.

O Sr. Zé Neto:- Em segundo lugar, é em relação a Feira de Santana. V. Exª sabe que quando tocam em Feira de Santana me tocam também.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Claro, e com toda razão.

O Sr. Zé Neto:- O que ouvimos aqui não condiz com a realidade. Aliás, o grande enfrentamento que tem de ser feito em Feira de Santana é porque mais de 85% dos recursos do SUS estão na mão do privado. Depois de quase 6 anos, conseguimos um aumento de teto para alta e média complexidade para, inclusive, esse recurso ser designado ao atendimento hospitalar de urgência e emergência. Só Feira de Santana, no ano passado, recebeu um aumento de recursos de 2,7 milhões. Este ano no cômputo geral vai ser maior. Então, isso tudo aconteceu.

Em Feira de Santana, conseguimos inclusive 12 leitos de UTI para o Dom Pedro de Alcântara, mas até hoje estamos sofrendo numa cidade que tem para atendimento de urgência e emergência apenas o Hospital Público Estadual, que está todo ele sendo reformado, desde a cozinha, a urgência, a emergência até o centro cirúrgico.

A saúde que encontramos, o caos que encontramos nela já foi reformulado e muito. Agora, deputado, V.Exª tem razão. Ainda temos muito a fazer na saúde e neste Estado. Queria lhe fazer este aparte para parabenizá-lo pela defesa de um modelo de governo, pela defesa de uma estruturação não só de governo, mas do nosso Estado, que encontramos praticamente a zero em termos de organização administrativa, em termos de concepção de um Estado que possa atender o seu povo.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Incorporo, evidentemente, o aparte do nobre companheiro Zé Neto ao meu pronunciamento.

Com o aparte o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:-Deputado Javier, cumprimento V.Exª e agradeço a oportunidade do aparte. Penas para fazer uma retificação, deputado Javier. V.Exª sabe que Alagoinhas é minha terra natal. Durante o último governo de Paulo Souto, havia na prefeitura de Alagoinhas um prefeito do PT, Joseildo Ramos. Coincidentemente ou não, deputado Javier, foi o maior período em que Alagoinhas recebeu intervenções do governo do Estado. Aquela cidade nunca recebeu tantos benefícios quanto recebeu neste último período do governo Paulo Souto nas diversas áreas, tais como: na geração de emprego, com a atração de duas indústrias que se instalaram naquele município; a reformulação completa e total do hospital Dantas Bião, que V.Exª tão bem conhece; diversas ruas, diversos bairros, diversas avenidas, obtiveram serviços na área de pavimentação. Enfim, Alagoinhas foi um dos municípios que mais benefícios recebeu do então Governador Paulo Souto, a despeito de ser governada por um prefeito do PT.

E nós esperamos que agora, S.Exª o governador Wagner, comece a trabalhar

em benefício de Alagoinhas, deputado Javier. V.Ex^a que conhece aquele município sabe tão bem quanto eu, mesmo tendo um prefeito do PT, o governador Wagner, nesses 2 anos, praticamente nenhuma ação realizou em benefício da nossa terra. Espero que agora, como prefeito eleito Paulo César, Alagoinhas passe a receber os investimentos do governo do Estado.

São essas as nossas considerações. E queremos crer, acreditar, que a partir de agora o Governador Wagner começará a investir em Alagoinhas como foi feito pelo então governador Paulo Souto. V.Ex^a conhece muito bem aquele município e sabe das realizações e das ações que o então governador Paulo Souto fez naquela querida cidade a despeito de ter um prefeito do PT à frente da sua administração.

Agradeço a V.Ex^a. Era apenas para retificar o discurso que V.Ex^a profere nesta tarde.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Muito obrigado.

Apesar de divergir, discordar da opinião do companheiro Paulo Azi, como método, quero que seja incorporado o seu aparte. Aliás, deputado presidente, queria que um dia, se fosse possível, na reforma do nosso Regimento acabar com essa história de acatar ou não acatar os apartes. Os apartes fazem parte da história da sessão. Todos os apartes têm que ser incorporados porque eles fazem parte do registro verbal, oral, do que se fala aqui na Assembléia Legislativa, mas esse é um problema para o Regimento. Insisto porque isso é arbitrário, se um deputado concorda, incorpora, se não concorda, não incorpora. Não existe isso. Eu declaro incorporado o aparte do deputado Paulo Azi porque é uma obrigação regimental dizer isso mas, por mim todos os apartes seriam incorporados porque fazem parte do registro que se faz aqui nesta Casa. Aliás, o único caso que eu conheço de incorporar ou não incorporar apartes é aqui na Bahia. Parece-me estranho isso no nosso Regimento.

Meu Líder deputado Waldenor, parabéns pela grande vitória em várias cidades, inclusive na nossa querida Caetité, onde tivemos uma grande vitória; uma boa performance em Guanambi, uma grande performance nas cidades vizinhas de Matina e Urandi. Mas, destacadamente, quero parabenizá-lo, primeiro, pela qualidade da sua intervenção aqui na Casa; em segundo lugar, pela sua condição de Líder da nossa Bancada e, em terceiro lugar, por ter sido o grande vitorioso em Vitória da Conquista, que é uma cidade, uma belíssima cidade, grande referência para a Bahia e para o Brasil.

Então, com prazer, concedo o parte ao deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Obrigado, deputado Javier.

Quero apartear-lo, para mim é uma honra, para parabenizar a V.Ex^a e ao seu partido pelas expressivas vitórias alcançadas nesse pleito eleitoral, muitas delas contando com candidatos a vice-prefeitos do Partido dos Trabalhadores, duas delas inclusive V.Ex^a acabou de destacar, nos municípios de Itanhaçu e em Urandi, com o companheiro José Cardoso, onde participei ativamente das campanhas, tiveram como vice-prefeitos, candidatos do Partido dos Trabalhadores.

Eu iria fazer um aparte diferente, mas quero chamar a atenção do deputado

Paulo Azi, que há poucos dias o Líder da Minoria, Gildásio Penedo, subia a esta tribuna para destacar uma matéria publicada no jornal, *A Tarde*, onde veiculava a informação de que o município de Alagoinhas foi o que mais recebeu transferência de recursos do governo federal e estadual. Portanto, contradizendo, fazendo um contraponto ao que ele acaba de reclamar, aliás, uma reclamação legítima de quem é filho da terra e naturalmente quer mais recursos para o seu município. Existe uma contradição, porque o Líder da Minoria, subiu à tribuna dizendo que Alagoinhas foi o município baiano que mais recebeu recursos do governo Wagner. E hoje o deputado Paulo Azi reclama, que o governo não recebeu.

Portanto, quero parabenizá-lo, deputado Javier Alfaya, pelas vitórias e pelo brilhante pronunciamento.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Muito obrigado, deputado Waldenor. Para mim é sempre um prazer ouvi-lo e agora a sua intervenção, fazendo parte do processo de debate na tarde de hoje.

Deputado Getúlio, como praticamente o meu tempo se esgotou, quero dizer que, com esse pronunciamento, faço da primeira parte uma avaliação acerca do processo eleitoral. Peço desculpas ao deputado Euclides, pois o meu tempo já acabou, senão lhe concederia com o maior prazer um aparte, mas termino aqui. Quero concluí-la na minha próxima fala neste Plenário, porque quero fazer uma avaliação das 45 candidaturas do PCdoB e especialmente das 18 candidaturas vitoriosas que nós tivemos, em 19 municípios do nosso Estado contribuindo assim para o processo geral de alavancar a democracia, o desenvolvimento e o progresso social para o povo mais pobre da nossa terra. Para o Estado da Bahia como um todo, que é um dos grandes objetivos do meu partido, o Partido Comunista do Brasil.

Parabéns à democracia na Bahia, à performance das forças políticas que apóiam o presidente Lula e o governador Wagner e às fileiras do meu partido, PCdoB.

Muito obrigado pela tolerância, deputado Getúlio.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Getúlio Ubiratan):- Convido a deputada Maria Luiza Laudano para assumir a presidência, para que, após a determinação do período das representações partidárias, eu possa assumir à Tribuna.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero aqui iniciar o meu pronunciamento neste Plenário registrando a presença ilustre da representatividade da nossa querida região do Extremo-Sul. O nosso Paulinho, Emílio, Jandiara, Edilson e o Nivaldo. Quero aproveitar, Paulinho, para render uma homenagem aos servidores públicos decentes que existem no nosso Estado da Bahia.

Fiquei acompanhando atentamente, quando estava na presidência, as palavras de alguns companheiros, deputado Adolfo Menezes, que destacou algumas falcatruas

que aconteceram nas últimas eleições. Tivemos na nossa eleição do Extremo-Sul, um cenário que nos trouxe algumas informações negativas sobre atitudes de alguns fiscais da receita estadual, que foram denunciados em nível estadual e foram manchete. Recordo-me de que enquanto alguns funcionários conquistavam a sua sobrevivência e o seu poder econômico acentuado em cima da imoralidade e da ilegalidade, os bons profissionais, os homens e mulheres de respeito do serviço público da Bahia, em alguns momentos eram alvo até de gozação por parte desses mesmos funcionários que praticavam a ilegalidade.

Em alguns momentos, Sr^a. Presidente, recebia alguns comentários a respeito, por exemplo, de você, servidor do Estado da Bahia, nosso amigo Paulinho da cidade de Teixeira de Freitas; em alguns momentos esses funcionários que praticavam a ilegalidade passavam frente à residência de Paulinho, ostentando forte poder econômico, com carros do ano e até zombando, por ele não admitir a prática dessas ilegalidades que prejudicam o desenvolvimento do Estado da Bahia.

É possível, sim, deputado Heraldo Rocha, deputada Maria Luiza Laudano, a gente admitir a existência de bons servidores públicos, mesmo à mercê de salários que não são condizentes com a responsabilidade de que são investidos esses funcionários que carregam na idolatria do coração o respeito à honestidade, aquilo que realmente é a peça importante para o nosso querido Estado. É possível ter servidores como você, Paulinho, Jandira e Emílio, que vieram para a capital em busca de reivindicações importantes para a classe. Eu os represento.

Que esse seja o prêmio, a contemplação, a honraria para o que vocês têm representado ao longo dos anos em suas funções e com muita competência, argumento principal como sempre friso: a competência da moralidade. Que essa seja a honraria que vocês possam receber nos próximos dias, a partir do momento em que chegue essa votação, a respeito do pleito que todos vocês, servidores da receita, estão reivindicando. É necessário salientar o apoio total do nosso governador do Estado Jaques Wagner.

Sr^a Presidente, Srs. Deputados, recebemos no último final de semana na cidade de Teixeira de Freitas, em mais uma edição da Exposição Agropecuária, deputado Heraldo Rocha, que acontece todos os anos em nossa cidade, a presença do Secretário do Meio Ambiente, Dr. Juliano Matos, que ali esteve para dialogar com a Associação de Produtores Rurais do Extremo-Sul. Quando fiz o pronunciamento disse da importância dos pecuaristas, dos homens ligados à agricultura e à pecuária da nossa região e que ali se faziam presentes; homens que ostentam quinhentos, mil empregos, alguns até mais, e que são merecedores de toda a atenção do governo do Estado.

Quero agradecer a presença do Secretário do Meio Ambiente, Dr. Juliano Matos, que ali compareceu para ouvir reivindicações da agropecuária do Extremo-Sul, relacionadas ao meio ambiente, à lei ambiental, à lei ambiental, e os esclarecimentos devidos a respeito, inclusive, das multas que têm chegado até eles, as quais não têm tido o devido respaldo legal no argumento da associação dos produtores rurais do Extremo Sul, razão pela qual houve a necessidade do deslocamento do secretário, Dr. Juliano.

É bom que se diga, Sr^a Presidenta, que a partir do momento em que nós recebemos a incumbência de lutar pelas reivindicações dessa classe, nós até tentamos algum contato com a Bete Wagner, que é ligada ao IMA, ao CRA, e foi uma verdadeira via sacra para que conseguíssemos manter o diálogo e o convite simplório para que nos auxiliasse. Em vez de trazer a delegação do Extremo Sul, que fosse a Dr^a Bete Wagner, que fossem representantes do IMA para dialogar com todos os associados, prestigiando a nata, o *top* de linha no desenvolvimento da região do Extremo Sul.

Muito sentido, e quero aqui deste Plenário dizer, a respeito do convite que nós colocamos também para que estivesse presente nessa reunião, nessa audiência que aconteceu na sexta-feira à noite em Teixeira de Freitas, com o secretário da Agricultura, Dr. Geraldo. Sou um defensor do governo Jaques Wagner na nossa região e disse isso na sexta-feira ao secretário do Meio-ambiente, Dr. Juliano, porque estou, deputado Heraldo Rocha, de segunda a quinta-feira aqui no Plenário e quinta, sexta, sábado e domingo, circulando, andando.

Os prefeitos apoiados pelo deputado Getúlio Ubiratan não receberam tão somente a presença em comício, como se eu fosse um artista, receberam a presença do representante da região, caminhando, andando, circulando, entregando santinho, conversando, participando das reuniões, das caminhadas, das carreatas e não tão somente aparecendo no comício. Solicitei, na época... E com o respeito devido, nosso Líder, deputado Waldenor, é preciso sim que neste espaço tenhamos a coragem de explanar aquilo que é certo e aquilo que é errado.

Eu tenho um companheiro na nossa região, o deputado federal Uldorico Pinto, companheiro e parceiro, faço sempre questão de dizer: por onde andar o deputado federal Uldorico Pinto, no caminho do céu, eu estarei indo. Se for para o inferno, eu não vou, porque não sou besta, de jeito nenhum. Agora, sentido, é claro que fico, quando, de repente, o gabinete do secretário da Agricultura, Dr. Geraldo, a assessoria se preocupa com um papel que deveria estar na mesa do secretário, como se, de repente, se o papel, o convite timbrado ali estivesse, o secretário estaria lá para dialogar com os pecuaristas da importante região do Extremo Sul.

Não é papel, não é o timbre, não é o documento escrito que vão fazer valer a presença devida que deve se ter para com a nossa região do Extremo Sul e principalmente, repito, com o *top* de linha, com aqueles que estão ali fazendo o progresso, que são os nossos amigos pecuaristas. Muito sentido eu fiquei e disse isso, no discurso, no momento em que agradecia pela presença do Dr. Juliano, secretário de Meio Ambiente, nesse evento.

É tão bonito, deputado Waldenor... Ainda outro dia, eu estive na CAR e, conversando com o Dr. César, muito amigo do deputado ligado a sua região, a sua base, Vitória da Conquista, e é um deputado que trabalha, que se dedica, e realmente com ele não há burocracia para resolver problemas de a, b, c ou d, porque ele pensa no conjunto, não pensa na particularidade de cada deputado, mas sim naquilo que ele representa para a sua região, no seu trabalho e nos anseios do nosso povo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Voltarei a falar no decorrer desta semana a respeito disso.

Concluo dizendo: sou um homem decente, coerente com meu espírito e meu coração. Sei da importância que representa, hoje, o governador do Estado, Jaques Wagner, para a Bahia, mas não posso em momento algum fechar os olhos ou torcer o pescoço diante de algumas indagações, de quesitos importantes daquilo que chamo um desrespeito com uma região importante como é a região do Extremo Sul. E por ela eu brigo. E o governador Jaques Wagner sabe muito bem disso e com certeza deve ter ciência em seu coração do compromisso de campanha que ele ainda tem para cumprir na região do Extremo Sul.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pelo tempo excedido.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, o deputado Paulo Azi utilizará 5 minutos, e o nosso Líder, deputado Gildásio Penedo, os 5 minutos restantes.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, entendo a indignação do deputado Getúlio Ubiratan, afinal de contas esse é o espelho do nosso Estado. Quero pedir apenas ao deputado Getúlio que poupe um pouco o secretário da Agricultura. O secretário da Agricultura sofreu uma enorme derrota na sua terra natal, Itabuna, e ao mesmo tempo tem tido, da parte de S. Ex^a o governador do Estado, pouca atenção. Afinal de contas, deputado Waldenor, o governador anda aí prometendo a Secretaria da Agricultura a partidos políticos, a parlamentares, num gesto que considero pequeno para com o seu companheiro, o deputado federal Geraldo Simões.

Portanto, deputado Getúlio, entendo a sua indignação, a maneira como V.Ex^a defende os interesse da sua região, mas quero pedir neste momento que poupe o secretário da Agricultura, porque este está vivendo efetivamente o seu inferno astral.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, gostaria de tratar nesta tarde, infelizmente, mais uma vez, da questão da segurança pública em nosso Estado e em particular na nossa capital.

O governo anunciou uma operação nos últimos dias, e me chamou muito a atenção o nome com que o governo batizou essa operação. O governo do Estado, em uma ação que, segundo ele, visa diminuir a violência, os índices de criminalidade, batiza uma operação de Operação Saneamento. E aí me pergunto: o governo está esperando sanear o quê? Coincidentemente, quando o governo anuncia a Operação Saneamento, aparece nas manchetes de jornais desta segunda-feira um enorme número de pessoas que, a título da Operação Saneamento, foram mortas pela ação da polícia do nosso Estado. Será que a maneira de sanear, de se conter a violência e os

altos índices de criminalidade, será que a forma encontrada, deputado Heraldo Rocha, pela polícia do nosso Estado, é partindo para a matança generalizada?

Quero dizer que sou absolutamente contra esse tipo de atitude, por mais que o cidadão seja de pouca índole, por mais que o cidadão tenha culpa e responsabilidades por atos que não sejam idôneos, não podemos concordar que a maneira encontrada pelo Estado para combater esse tipo de ação seja a matança indiscriminada. Principalmente porque os próprios jornais já anunciam que entre aquelas pessoas que tiveram as vidas ceifadas estão vários e vários inocentes, cidadãos que infelizmente morreram nessa ação policial. Eles não tinham absolutamente nenhuma culpa nem lhes foi imputado, por nenhuma autoridade governamental, qualquer ato que compromettesse a sua integridade moral.

Concluo, Sr^a Presidente, dizendo que somos contrários a essa ação que a polícia do nosso Estado, parece, está colocando em prática, agindo sem o cuidado devido, fazendo com que – além dos traficantes e de pessoas com ficha suja – muitos inocentes sejam mortos. Portanto, essa atitude não pode merecer o nosso apoio e a nossa compreensão.

Não é dessa maneira que vamos ter os índices de violência e de criminalidade diminuídos na nossa capital e em todo o Estado da Bahia.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo pelo restante do tempo, 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, ontem a capital baiana presenciou mais um debate político envolvendo os candidatos à Prefeitura, quando foram feitas referências à ação do Executivo estadual.

Ficamos muito à vontade para falar porque o que foi dito partiu, desta vez, de um partido que pelo menos até o momento faz parte da base do governo Jaques Wagner, o PMDB. Ontem, o prefeito João Henrique disse de forma muito clara aquilo que nós já denunciemos há algum tempo na Assembléia: a letargia, a apatia e a morosidade que se abate sobre o governo do Estado.

O prefeito João Henrique, com sua capacidade de persuasão e de empatia popular, usou uma expressão que eu até bem pouco tempo me limitava de dizer: o governador, segundo palavras do prefeito, é lerdo. Foram essas as palavras. Na verdade, mostram o que vínhamos denunciando.

Nobre deputado Isaac Cunha, não tenho dúvida de que dentro do Partido dos Trabalhadores existem homens e mulheres de bem, por isso não generalizo, mas é lamentável a postura mentirosa como a grande maioria do PT, em nome de um projeto político, se coloca na campanha eleitoral.

É lamentável a total falta de responsabilidade, deputado Heraldo Rocha, com os propósitos da ética, da veracidade e da informação propositiva.

O PT lançou em toda Bahia, principalmente nos últimos dias aqui em

Salvador, uma campanha publicitária no programa eleitoral do candidato do PT, Walter Pinheiro, que o hospital do Subúrbio não saia porque o prefeito João Henrique não deixava. Chegou a anunciar em campanhas publicitárias que enquanto Lula trabalha, Wagner trabalha, João Henrique atrapalha, mostrando assim, deputado Paulo Câmara, que o projeto do hospital do Subúrbio não saiu até o momento por conta de uma decisão política do prefeito João Henrique. E ontem, mais uma vez, um aliado do governo Wagner, não é o deputado Gildásio Penedo, deputado Waldenor, que vos fala neste momento, quem falou ontem foi o aliado do governador Wagner que o ajudou a chegar ao palácio de Ondina e de forma muito enfática disse: esse governo não retrata a realidade quando tenta enganar a população do Subúrbio com a informação de que o hospital não saiu por conta do PMDB. Foi desmascarada, ontem, mais uma farsa do Partido dos Trabalhadores, que é bom de propaganda, mas que não tem compromisso com a realidade.

Deputado Waldenor, deputado Heraldo Rocha, política tem que ter limite! O poder não pode ser alcançado sob qualquer propósito e sob qualquer posição política. Temos que fazer uma campanha, deputado Waldenor, ganhe quem ganhar, mas que se atenha, pelo menos, a elemento dignos, mínimos da verdade. Por que o PT espalha na cidade que o projeto do hospital do Subúrbio não saiu por conta da prefeitura de Salvador? O prefeito disse ontem, as licenças ambientais... Há pouco, eu conversava com alguns setores da imprensa que estão convencidos de que o PT tentou, mais uma vez, mostrar a farsa, deputado Waldenor.

Vamos fazer política com ponderações, deputado Heraldo Rocha, e olhe que quem fala isso, deputado Waldenor, não é o deputado Gildásio Penedo. Estou muito a vontade para retratar aquilo que ontem um aliado do governo Wagner, até o momento é aliado... O prefeito João Henrique teve, de forma até muito dura, que tentar mostrar à população de Salvador mais uma farsa, o engodo, de que o hospital não saiu. Não saiu, como não saiu a via expressa, que tem um ano sendo anunciada, não saiu como não saiu o estádio de Pituaçu porque sequer, pasmem, pasmem senhores e senhoras, o estádio de Pituaçu não saiu porque sequer o governo competente não pediu uma licença ambiental. O mesmo motivo, deputado Paulo Azi.

Portanto quero trazer este fato para mostrar mais uma vez que tem que haver limites, deputado Waldenor. Política se faz com projetos, com discussão, se ganha e se perde, mas tem que ter como norte, o respeito não aos partidos, mas principalmente à população, seja municipal, estadual ou federal. Respeito, dignidade e verdade, coisa que lamentavelmente, a cada dia, o PT tem se colocado mais distante.

Faço essa referência para mostrar também a minha indignação, a minha frustração, por achar e perceber que em nome de um projeto político vale tudo na política. Não vai valer, deputado Waldenor, porque o povo da Bahia está acordando e Salvador dará a grande resposta no dia 26 de outubro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a. Presidente, pelo tempo do PSB, falará o deputado Paulo Câmara.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobres colegas, ilustre presidente, ouvi hoje palavras do deputado Gildásio que tinha ouvido semana passada. Ontem, essas palavras saíram no debate e ele repetiu aqui agora. Muito bem, deputado Gildásio.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (Fora do microfone) O que V.Ex^a quer dizer com isso?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Absolutamente nada, deputado. Apenas suposições.

Mas nobre presidente, vou começar com um papel no Ministério Público: “Exm^o Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública, da Comarca do Salvador”.

Isto é uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa que cita alguns preços de forma interessante, quando falamos dos preços dos serviços públicos para contratação de limpeza, segurança, ajudantes, serventes, cozinheiras e uma listagem infinita.

O interessante nesta ação civil pública é o preço praticado pela empresa Porto Seguro Terceirização e uma terceirizada SPG, deputado Waldenor. Esses preços que estão aqui - já tem algum tempo, pois Luiz Carlos Café era secretário da Administração. Então estamos falando de algum tempo - têm coerência exatamente com os praticados pelo governo, pelo secretário anterior que...

Olhem que coincidência: (Lê) “Neste ano...” - quase 3 anos atrás - “(...) a empresa...” - que era terceirizada - “(...) cobrava R\$ 663,23.” Vou repetir: R\$ 663,23. E à outra empresa, na mesma prefeitura e pelo mesmo serviço, servente ou cabo de turma sem fornecimento de material, pagava-se R\$ 1.103,33. Quase o dobro, e na mesma prefeitura. E no cabo de turma, R\$ 757, 52 na terceirizada, que é a contratada pela outra que tinha ganho. A Porto Seguro pagava R\$1.225,00.

Agora olhem que fantástico! Adoro coincidências. No contrato vigente em 2007 - (Lê) “Contrato atualizado pelas últimas convenções coletivas” - pagava-se R\$ 4.368.833,01. Sabe quanto dava, presidente? R\$ 1.322,00. Dois anos depois, em relação ao preço da prefeitura - que era metade pela terceirizada -, o Estado, pois permanecia em 2007 o contrato anterior ao governo Wagner, pagava o mesmo valor dela.

O detalhe importante e significativo é que o Estado atualmente, quando fez a recontração, passou a pagar R\$ 1.236,00, ou seja, mais de 256 reais, incluindo novas escolas, num volume de 60, com mais 800 mil reais. São essas indagações que ficam para ser feitas quando os senhores vão pegar os contratos, Sr. Presidente. E nós falamos de pessoa física.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Está inscrito, deputado.

Quando falamos de pessoa física, estamos falando de metro, que se chama metro limpo. Sobre o pronunciamento do meu amigo João Carlos Bacelar, estamos falando de alhos e óleo, porque este governo mudou a metodologia de trabalho, este governo mudou a forma. Hoje não estamos falando de homem/hora nem homem/trabalho. Nós estamos falando por serviço executado.

Então eu me surpreendo. E acredito que o deputado não fez de propósito. Ele não escorregou. Apenas na análise, deputado Waldenor, mostraram números a ele e não explicaram que havia mudanças. Logo, veja bem, não estou falando somente de valores abusivos de contrato. Não! Não estou falando disso. Eu estou falando... Por exemplo... De incoerências, deputado João Carlos, nas quais o Estado contratava 3.300 pessoas e pagava, deputado Waldenor, a um servente R\$ 1.300, mas pagava ao que trabalhava na Informática o mesmo valor, o mesmo valor salarial às diversas funções que eram contratadas. Por exemplo: um servente ganhava R\$ 1.304, mas um auxiliar de processamento de dados, que precisa de especialização, ganhava R\$ 1.569. Isso significa, nos valores daquela categoria de trabalho, que ele ganhava menos do que poderia ou deveria ganhar. E por aí se foi, até um volume total de R\$ 4 milhões, 461, distorcendo profissionais como copeiros, garçons, cozinheiras, recepcionistas, assessores, supervisores, eletricitas, carpinteiros, pintores e por aí vai. Todos ganhavam o salário de servente. Para os senhores terem uma idéia, auxiliar de serviços gerais de 44 horas existiam 900 ganhando R\$ 1.304, que são salários diferenciados.

Então, acredito que o deputado João Carlos não fez de propósito, até porque, deputado Waldenor, que ele deve desconhecer uma palavra que eu não conhecia, deputado João Carlos, que é “preço inexecutável”. Eu tomei um susto. Sou administrador por profissão, trabalhei no setor público e nunca tinha ouvido falar isso. Aí, sentei com o deputado Waldenor que me explicou: “Deputado, é o seguinte – olhe como é simples - pense um preço a menor num envelope, que é o preço menor que pode ser apresentado. Isso é o preço inexecutável.” Então, se uma empresa entra com um preço menor, ela é desclassificada!

Meus amigos, nunca ouvi falar disto: preço inexecutável! Então, quem faz menos, pelo menor preço o mesmo serviço em vez de se testar a qualificação, exigir nos documentos iniciais capacitação técnica, capital necessário para manter aquele serviço, desclassifica-se a empresa. Aí surgia uma figura interessante, que eu também desconhecia, que é o chamado “coelho”. Tenho certeza de que o deputado Heraldo Rocha nunca ouviu falar no bendito “coelho”. “Bendito coelho” é uma “tropa de coelho” – sei lá como é que chama –, que sai correndo, o que estiver na frente vai mergulhando, vai mergulhando no preço e quem estiver atrás leva o preço maior. Aí, esse “bendito” que sai na frente é o “coelho”. Ele vai pedindo, vai descendo, descendo e quando chegar lá atrás, a “coelharada” morreu, e ficam, como sempre, as organizações que ganhavam as concorrências. É isso o que a gente vê.

Não acredito que o deputado subiu aqui para dar dados errados, não. Passaram-lhe análises...

O Sr. Waldenor Pereira:- Equivocadas.

O Sr. PAULO CÂMERA:- (...) Não, vou usar a palavra, a palavra fantástica: passaram para ele dados inexeqüíveis. Como preço inexeqüível, nunca falaram para ele do “coelho”. Tenho certeza de que ele desconhece o “coelhinho” das licitações públicas. Tenho certeza absoluta certeza de que essas verdades não lhe foram ditas. Passaram-lhe dados simples, elaborados, e ele fez aqui realmente um discurso coerente com a visão do que lhe passaram, esquecendo-se, nobre presidente, encerrando, que houve mudança de metodologia, por via de consequência, houve mudança substantiva no trato da coisa pública.

Até mais tarde, presidente. Voltarei para esclarecer logo mais, após o pronunciamento do deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PC do B, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidenta, falará pelo tempo de 8 minutos o deputado Euclides Fernandes.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes, pelo tempo de 8 minutos.

Antes, porém, gostaria de convidar a deputada Antônia Pedrosa para presidir a sessão.

A Sr^a Antônia Pedrosa:- Seria uma honra, mas recebi um telefonema aqui. Peço a V.Ex^a para autorizar, estou autorizando, o meu colega, deputado João Carlos Bacelar, a usar a palavra no tempo do Bloco PP/PRP.

Desculpe-me, mas não posso substituí-la.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Muito obrigada.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de nos congratular, inicialmente, com os deputados estaduais que participaram do pleito municipal e foram bem-sucedidos, o deputado Tarcízio Pimenta, do DEM, eleito prefeito de Feira de Santana logo no 1º turno, e o deputado Zé das Virgens, do PT, eleito prefeito do Município de Irecê.

(O deputado Bira Coroa assume a Presidência da Mesa em lugar da deputada Maria Luiza Laudano.)

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Mas também, Sr. Presidente, gostaríamos de nos congratular com o PCdoB e com os Srs. Deputados do partido que, verdadeiramente, foram bem-sucedidos no pleito de 5 de outubro. Não tinham no Estado uma só prefeitura, a única que era comandada pelo PCdoB, o partido ganhou as eleições como vice. Com o falecimento do titular, o PCdoB assumiu a prefeitura do município. Nessas eleições, o PCdoB fez 18 prefeituras, conseqüentemente, saiu do zero e conseguiu avançar bastante no pleito de 5 de outubro.

Mas, Sr. Presidente, quero referir-me a minha cidade, Jequié. Lá, tivemos um

pleito de paz, a Justiça Eleitoral funcionou de maneira tranqüila, serena, dando a César o que é de César no cumprimento da lei. E contribuiu sobremaneira para que tudo ocorresse na maior tranqüilidade no pleito de 5 de outubro.

(O Sr. Waldenor Pereira fala fora do microfone.)

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Não é o Borges, não, esse é o César que está citado na Bíblia. (Risos)

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi eleito Luís Amaral, ex-prefeito de 1989 a 1992. Foi um grande administrador, realizou uma administração participativa e nas decisões sempre procurava consultar, o máximo possível, a comunidade. Fez uma administração marcante na linha social, com mutirões para a construção de habitações populares para os pais de família que não tinham um abrigo para colocar esposa e filhos. Vários mutirões! Ele foi presente no desenvolvimento do nosso município. Depois, afastou-se da política, retornando agora, em 2008, como candidato a prefeito do nosso município, já mais experiente, mais moderno na sua linha da administração pública.

Ele foi eleito, Sr. Presidente, com uma margem de votos bastante elevada. O meu caro colega Isaac, que foi o candidato do PT, obteve 21 mil votos; o do PP, 24 mil votos; e Luís Amaral recebeu 30 mil votos.

Mas, Sr. Presidente, quero discordar do nobre colega deputado estadual Isaac Cunha. Estava no meu gabinete e ouvi quando ele colocava que o pleito de Jequié estava eivado de corrupção, de abuso do poder econômico e do poder político. Peço *venia* ao nobre deputado para discordar, porque, na verdade, Sr. Presidente... Peço antecipadamente ao nobre deputado que compreenda as minhas colocações um pouco grosseiras, porque entendo o pronunciamento de V.Ex^a como um choro de perdedor, como falta de voto, porque o pleito de Jequié foi exatamente como estou relatando.

Quanto à colocação de que grupos políticos que perderam a eleição entraram na Justiça Eleitoral, isso é normal, não existe nada de mais em um grupo político buscar um caminho, abrir uma porta para tirar a vontade manifestada nas urnas pelo povo no dia 5 de outubro. Então, peço *vênia* a V.Ex^a.

Conheço V.Ex^a, sei que é um bom político, mas não vamos tirar os méritos de Luiz Amaral, pela sua natureza de homem, político sério, de credibilidade, que soube, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser competente, e chegou à necessidade de fazer alianças. Peço ao nobre deputado Isaac Cunha, que está presente ao Plenário, para me ouvir e, se quiser, discordar deste deputado que está na tribuna.

Então, o deputado Isaac Cunha, um senhor político, historicamente tem pontuado bem nas suas eleições em Jequié, envaideceu-se, achou que era realmente a figura máxima da comunidade de Jequié no processo eleitoral. Rejeitou qualquer aliança, distanciando-se, Sr. Presidente, da linha de ação política do nosso queridíssimo governador Jaques Wagner e do nosso extraordinário presidente Lula. Ele sempre buscou alianças para dar sustentação política.

Pois bem, o nobre deputado Isaac Cunha se achou tão alto que não quis alianças, e nós, do PDT, humildemente, querendo servir ao governador Jaques Wagner, um governador que admiro, em quem vejo princípios republicanos honrando

e engrandecendo esta Bahia, e o PDT, comandado por este deputado em Jequié, queria homenagear o nosso governador, levando a vitória para o PT num município de médio porte, como é o município de Jequié com 108 mil...

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, a vaidade subiu à cabeça desse caro colega de que tanto gosto. Enquanto isso, Sr. Presidente, Luiz Amaral, com seus 21%, enxergou que só ganharia as eleições com alianças, e foi buscá-las. Daí, com a graça de Deus, com as alianças realizadas, ganhou as eleições folgadoamente, e tenho certeza de que será um grande prefeito para o município de Jequié.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PR-PRTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Jurandy Oliveira pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. JURANDY OLIVEIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi aqui alguns dos Srs. Deputados comentando as eleições que ocorreram em 05 de outubro. Em verdade, foram eleições atípicas, difíceis de ser compreendidas, porquanto a gente podia notar que a vontade do povo, há quatro meses atrás, à medida que se aproximava do processo eleitoral, sentíamos a mudança, sobretudo naqueles municípios em que a força política predominava com o poder do prefeito, porque este era candidato ou apoiava a algum.

O nosso colega Euclides fez referências ao grande município de Jequié, um município exemplo, destaque na Bahia por vários fatores, inclusive por ter dado à Bahia dois grandes governadores: Lomanto Júnior e César Borges. De maneira que o município de Jequié pode ser indicado como paradigma. Nós podemos observar que o poder na mão da pessoa interessada efetivamente modifica o processo eleitoral. E quando o nobre deputado Euclides falou do nosso colega Isaac Cunha, e como nós conhecemos o deputado Isaac pela sua postura e maneira de agir politicamente e pessoalmente, nós entendemos, deputado Isaac, por que V.Ex^a não conseguiu êxito. Em verdade, eu diria que V.Ex^a também é vitorioso, porque, em não aplicando o processo corruptivo, deixou a vontade do eleitor, como, aliás, deveria ser sempre, predominar a vontade do povo.

Entretanto, em alguns municípios, não quero dizer Jequié, porque também o prefeito Luís Amaral, que foi eleito, um homem de bem, eu o conheço, foi 1º Secretário da Constituinte, é um homem que tem tradição de conceito de honrabilidade e, com certeza, Jequié também está em boas mãos. O que afirmo é que V.Ex^a, pelo que nós conhecemos, não seria capaz de aceitar, mesmo para forçar a sua vitória para prefeito, V.Ex^a não seria capaz de fazer nenhum acordo político por conta da sua postura, a sua maneira de ser. Nós temos certeza disso, independente de qualquer partido de que V.Ex^a faça parte, porque o partido não faz o homem, o homem é quem faz o partido. Então, companheiros, eu quero dizer também que embora mudanças fossem feitas pela Justiça Eleitoral, infelizmente, não se conseguiu

o êxito desejado pela própria Justiça.

Vimos que em vários municípios, como disse inicialmente, em que o eleitorado tinha uma tendência para votar com “A ou B”, à medida que se aproximou a eleição, os acordos foram feitos, a corrupção campeou, por que não dizer, em vários municípios!. No município de Rafael Jambeiro, um candidato a vereador foi abordado por uma equipe mascarada que o deteve lá por várias horas, preso, sem poder trabalhar, alterando, assim, o resultado da eleição, como ocorreu em vários lugares.

Entretanto tivemos eleições bonitas, como ocorreu no município de Ipirá. O prefeito Diomário Sá, depois de 4 anos de administração séria, competente, honesta, clara, transparente, inclusive eu aproveito para abrir um parêntese, o governador Jaques Wagner acertou em ir a Ipirá. S.Ex^a foi, naturalmente, orientado por sua assessoria e foi apoiar o melhor candidato que tinha em Ipirá, que era o Diomário Sá. E, assim, contribuiu para que Ipirá continuasse num processo de desenvolvimento aplicando rigorosamente todas as verbas recebidas.

O prefeito Diomário, que foi reeleito agora para um período de mais 04 anos é, Sr. Presidente, uma exceção que ocorreu entre os municípios brasileiros e municípios baianos: não usou a máquina administrativa, não corrompeu. O que distinguiu o prefeito Diomário é que todos os oradores ao se referir a sua administração, o ponto principal era a competência e a honestidade, e assim tivemos em Ipirá uma eleição limpa, transparente e a vitória daquele que, efetivamente, prestou um dos melhores serviços a Ipirá. Por isso é que estamos na certeza de que a administração renovada de Diomário Sá, e que veio como vice-prefeito também um jovem empresário, Dude, haverá de continuar com um trabalho que vai trazer muitos benefícios para aquela população.

Eu acho que além da mudança feita pelo Tribunal Eleitoral é preciso que se mude o procedimento dos políticos, aqueles políticos que fazem a eleição tendo que ganhar de qualquer jeito. Eu acho que a eleição deve ganhar quem tem mérito, quem tem valor com o povo, que tem, efetivamente, a confiança e a competência.

Alguma coisa deve ser feita para mudar o processo eleitoral. Não é possível mais que se mude uma eleição em que o povo tem vontade de eleger o candidato “a” e que a corrupção entre e se eleja o candidato “b”; Aí é que ocorreu insucesso de muitas administrações. Se deixassem o povo escolher livremente, naturalmente que seria como aconteceu em Ipirá: o Dr. Diomário fez um governo extraordinário, um governo sério, um governo voltado para as classes mais carentes, e recebeu o respaldo popular, tornando-o prefeito por mais 04 anos.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar o meu testemunho de que essas eleições, com várias exceções, como no caso de Ipirá e de alguns outros municípios, foi, realmente, cada dia, a eleição mais tendenciosa à corrupção. Parece que, à medida que o povo sofre, fica mais desesperançado na administração pública, e assim sendo, a corrupção tem campeado e a vontade popular, infelizmente, não se concretiza, elegendo aquelas pessoas que efetivamente o povo deseja porque conhece a sua administração.

Eu fico muito constrangido quando vejo alguns municípios em que todos os candidatos estão envolvidos em corrupção, todos os candidatos estão com processo na Justiça Eleitoral. Tem município que qualquer dos candidatos que ganhe, naturalmente que vão aparecer os processos na Justiça Eleitoral, porque o sistema eleitoral vigente deixa margem a que a corrupção campeie.

Tiraram camiseta, tiraram show, tiraram essas coisas que poderiam influenciar; amenizou um pouco, mas, em compensação a visita noturna a casa do eleitor - à meia-noite o pobre do eleitor não pode dormir porque os candidatos estão na porta a lhes oferecer vantagem - e isso, naturalmente, tem modificado a vontade do povo que deseja eleger determinado candidato.

De maneira, caro deputado Isaac Cunha, eu tenho certeza, não é o caso de Jequié porque conheço bem o prefeito eleito, é um homem de bem, mas tenho certeza que V.Ex^a, como sempre pautado na linha da conduta ilibada, preferiu não ganhar a eleição, mas não foi nunca derrotado, porque quem derrota é a corrupção, é o roubo, e V.Ex^a é um exemplo de homem de bem, que os políticos devem seguir, porque tem dado a demonstração durante toda a sua vida de que os cargos que chegam, chegam pelo trabalho, pela dignidade, pelo bom procedimento.

Parabéns, deputado Isaac.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, ou do Bloco Parlamentar do PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 9 minutos o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governo de Jaques Wagner lança mais um programa de extrema importância para a nossa juventude, que é o Programa Trilha, que será lançado amanhã, na Escola Parque, às 09h30min.

É um programa direcionado à juventude baiana, principalmente aquela que está numa situação de vulnerabilidade, e pretende aproveitar, inserir no mercado de trabalho formal, até 2010, 90 mil jovens na idade de 16 a 29 anos. É um programa que tem como objetivo uma ação integrada para a juventude, fazendo com que ela possa se inserir no mercado de trabalho, através de ações educativas de qualificação, para que possamos ter, realmente, o desenvolvimento do nosso Estado.

Portanto, mais um programa importante do governador Jaques Wagner, que vem no sentido da geração de emprego do nosso estado, para ele possa, efetivamente, se desenvolver e crescer, melhorando, assim, as condições de vida da nossa população. Portanto, está de parabéns o governador Jaques Wagner por mais um programa importante e fundamental para a nossa população.

É importante ressaltar que as famílias desses jovens que serão beneficiados

terão que estar inseridas também no programa Bolsa-Família, ou seja, é uma forma de fazer com que venhamos reduzir as desigualdades e fazer com que o programa Bolsa-Família não seja apenas um programa onde as pessoas recebam o benefício sem nenhuma contrapartida. Portanto, essa é a meta do governo Jaques Wagner.

Eu gostaria de tocar em mais um assunto nesta Tribuna, que é exatamente sobre a greve dos bancários. Os bancários, no Estado da Bahia, realizam uma greve que foi deflagrada há 21 dias, portanto, nós já estamos aqui na quarta semana de greve dos bancários. Nos demais estados essa greve tem uma duração menor, de 15 dias, mas é, sem dúvida, uma greve bastante duradoura.

Aqui no Estado da Bahia esse movimento paralisa cerca de 150 agências, mais precisamente, pelas informações do Sindicato dos Bancários da Bahia, 138 agências paralisadas em várias cidades do nosso Estado: bancos privados, bancos públicos, todos participando desse movimento. Nacionalmente, são 5.400 agências paralisadas.

É importante ressaltar que essa greve é de inteira responsabilidade dos bancos, que se negam a negociar, e a apresentar uma proposta satisfatória aos bancários. No que pese a alta lucratividade dos bancos, eles se negam a apresentar uma proposta que atenda às necessidades da categoria bancária.

A principal reivindicação dos bancários é o aumento de 13,23%. Enquanto isso, os bancos apresentam uma proposta de 7,5%, ampliando na última negociação para 9,5% para aqueles que ganham até 1.500 reais. A reivindicação dos bancários, também, é de que seja aplicado o piso do DIEESE para os bancários de forma escalonada.

Não seria, necessariamente, agora, de uma só vez, mas que se alcançasse o piso do DIEESE até 2009. Portanto, a proposta dos bancários é um piso de 2.070 reais, que é o valor necessário, o valor que daria para uma família média sobreviver com dignidade. Essas são as principais reivindicações dos bancários, além da participação nos lucros.

Os bancos se negam a atender a essas reivindicações. Hoje, temos uma negociação que está acontecendo neste exato momento em São Paulo, com o comando nacional dos bancários e lá temos a presença do Sindicato dos Bancários da Bahia, a presença da nossa representação, do companheiro Euclides Fagundes. Temos essa negociação e, logo mais, às 18 horas, teremos uma assembléia geral os bancários para decidir os rumos do movimento.

Evidentemente, se os bancos apresentarem uma proposta satisfatória, a perspectiva é de que a assembléia de logo mais às 18 horas venha a decidir pelo fim do movimento grevista. Caso contrário, há possibilidade de continuidade da greve, que já causa um certo desgaste na sociedade, muito embora ela seja de inteira responsabilidade dos bancos.

Portanto, fazemos aqui um apelo aos bancos, para que atendam às reivindicações dos bancários. Não apenas as reivindicações para melhorar as condições salariais e de trabalho dos bancários, mas também as reivindicações para melhoria do atendimento público porque os bancos, hoje, oferecem um péssimo atendimento à clientela e, além de um péssimo atendimento, um atendimento muito

caro. Para se ter idéia, até mesmos os serviços e operações realizados pelos clientes via Internet são cobrados.

As operações realizadas pelos clientes no auto-atendimento, onde o cliente realiza sua própria operação, onde o cliente entra em contato com a máquina, mesmo por essas operações, ele tem que pagar. Para se ter idéia, só com as tarifas bancárias que são cobradas dos clientes, os bancos já cobrem a folha de pagamento, mais de 100% da folha de pagamento, pagam todo o quadro de pessoal e ainda sobra recurso, ainda sobra dinheiro, só com as tarifas bancárias, exclusivamente, com as tarifas bancárias.

Portanto, os bancos praticam abusos contra os bancários e contra a clientela. São tarifas abusivas, inaceitáveis e um péssimo atendimento. Inclusive, apresentei aqui vários projetos no sentido da melhoria do atendimento à clientela e da isenção de tarifas no atendimento à clientela.

O tempo é curto e não dá para falar sobre os projetos, mas em outra oportunidade, voltaremos ao assunto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra, pelo bloco PP/PRP, o deputado João Bacelar, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, não quero colocar qualquer obstáculo ao uso da palavra por parte do deputado João Carlos Bacelar, mas considero improcedente o anúncio ou indicação antecipada do nome. A deputada Antônia Pedrosa estava presente alguns minutos atrás, fez a indicação do nome do deputado João Carlos Bacelar. Eu não criarei nenhum obstáculo ao uso da palavra, mas quero dizer que se trata de um precedente grave. A indicação do uso da palavra deve ser feita pelo Líder do Bloco presente no plenário, e não há a presença em plenário de nenhum líder do PP ou do PRP. Faço este registro ao Sr. Presidente, naturalmente contestando o encaminhamento da Mesa já que a deputada Maria Luiza Laudano acolheu a indicação. Na nossa opinião, porém, trata-se de um precedente grave que não deve ser repetido.

O sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Pela ordem, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Quero aqui de certa forma concordar com o Líder do Governo, mas dizer o seguinte: em primeiro lugar, não há ninguém da Mesa aqui, nenhum componente da Mesa está presente hoje. Seria importante que estivesse. Em fevereiro, teremos eleições para a Mesa Diretora da Casa. A primeira coisa que acho que a presidência e a Mesa Diretora deveriam mudar era o deputado só poder se inscrever aqui à tarde, a partir das 14 horas. Tem gente que chega aqui às 8 horas da manhã e não pisa mais os pés na Casa. Daqui a pouco, e o Líder do Governo de certa

forma tem razão, vão fazer inscrição por telefone. Vão ligar e por telefone fazer a inscrição ou a indicação de outro orador. Não é o caso de quem tem pedido. Pelo contrário, o deputado João Carlos Bacelar é um dos deputados mais assíduos, um dos mais presentes. Vamos usar o tempo de fala pelo menos por quem quer trabalhar, o que tem sido muito reduzido aqui nesta Casa.

É salutar que seja permitida a indicação da deputada Antônia Pedrosa. Agora, a Mesa tem de adotar uma série de medidas para garantir a presença dos deputados no Plenário. Uma dessas medidas seria a presença só poder ser dada a partir do turno da tarde.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, vou além da afirmação do deputado Elmar Nascimento. Vou de uma forma inversa. A Assembléia deveria se reunir somente uma vez por semana. Pelo que ela produz, uma vez seria o bastante. Economizaria energia, cafezinho, água e outras coisas. Muito obrigado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, não me furtaria a me posicionar neste momento, até porque o deputado Gilberto Brito, e até compreendo as suas razões, tem sido um deputado que já há algum tempo clama pelo funcionamento desta Casa. Entendo que o deputado Gilberto Brito poderia também apelar de forma mais veemente para a Bancada governista. A Bancada de Oposição tem procurado cumprir com seus deveres nesta Casa, tentando abrir as comissões, vindo a plenário, mas, infelizmente, como o governo detém a grande maioria nesta Casa, muitas vezes esse sentimento que permeia o coração do deputado Gilberto Brito tem fundamento, principalmente porque há uma ausência completa da Bancada do Governo.

Veja V.Ex^a que estamos há mais de 90 dias sem sequer votar um projeto do Executivo aqui nesta Casa. O governo coloca diversas razões. No primeiro momento, foi a campanha eleitoral do primeiro turno, agora é a campanha eleitoral do segundo turno. Como só existe segundo turno em Salvador, isso não tem permitido o funcionamento pleno das comissões.

Quero também colocar de forma muito clara, deputado Gilberto Brito, que não podemos nos curvar a aceitar uma decisão simplista dessa natureza de entender que um dia só possa valer o trabalho do parlamentar. Ainda acredito nesta Casa, ainda acredito no posicionamento dos políticos e ainda acredito muito mais na força deste Poder que tem de ser mantido soberano, independente e tem contribuído, principalmente, como caixa de ressonância das mazelas que infelizmente vêm marcando os atuais governos.

Portanto, quero me associar a esse pensamento, mas colocando esse adendo que considero necessário neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Questão de ordem, deputado Álvaro

Gomes. Depois daremos seqüência.

O Sr. Álvaro Gomes:- Serei bastante rápido.

Devo dizer que não concordo com a formulação do nobre deputado Gildásio Penedo. Se formos fazer um retrato neste momento, constataremos que temos aqui cinco deputados da base governista e três da Oposição. Portanto há uma ausência geral de parlamentares, tanto da Maioria quanto da Minoria.

Concordo plenamente que o esforço seja feito para que haja o pleno funcionamento desta Casa Legislativa, inclusive com a regularização das votações. Mas, na minha opinião, já houve um grande avanço com a votação nas comissões de centenas de projetos. Pelo menos na de Constituição e Justiça houve a distribuição de centenas de proposições, o que leva a crer que teremos a votação de projetos de deputados neste Plenário.

É esse o esforço coletivo que devemos fazer, as duas Bancadas, no sentido de fortalecer esta instituição tão importante para a sociedade.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Concedidas as questões de ordem, informo que vou enviar para a próxima reunião da Mesa Diretora os encaminhamentos aqui apresentados pelos nobres deputados.

Quanto aos oradores, vou manter o que me foi indicado. Recebi a solicitação da deputada Antônia Pedrosa designando o deputado João Bacelar. Concordo que não devemos abrir precedentes, mas já havíamos chamado e vamos manter.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordo com as intervenções do deputado Waldenor “Cardoso”...

O Sr. Heraldo Rocha:- Valdenor Cardoso perdeu a eleição.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Mas o Pereira nunca vai passar por isso.

Pois bem, concordo com as intervenções do nobre Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, como também com as do deputado Elmar Nascimento. Inicialmente, queria agradecer a V.Ex^a e ao Líder do governo por permitirem que eu use este espaço neste momento.

Sr. Presidente, no dia 21 de dezembro do ano passado, o Sr. Governador disse, falando sobre contratos de prestação de serviço, que o Estado foi roubado durante 16 anos. Governador, se eu concordasse com essa afirmação, diria que V.Ex^a teria que vir agora a público dizer: “O Estado foi roubado nesses 16 anos e também durante 10 meses do meu governo”.

Afirmo isso, porque há 10 meses o governador Jaques Wagner adita o contrato que ele dizia ser lesivo ao Estado e que era da máfia das licitações. Repito, há 10 meses a administração Wagner adita, mensalmente, esse contrato que ele dizia ser lesivo aos interesses do Estado e que pertencia à máfia das licitações.

A história é a seguinte: com muito alarde, dizendo que era a grande obra da sua administração – pois ele havia acabado, através da operação Jaleco Branco, a máfia das empresas prestadoras de serviço –, o governo, em agosto deste ano, homologou a licitação 027/07, utilizando o método do metro quadrado limpo. E assim realmente

ele baixou aquele contrato original em 73% por metro quadrado.

Mas, olha, deputado Paulo Azi, esse contrato empregava cerca de 640 pessoas, o que daria 2,6 pessoas por escola em Salvador, para limpar as escolas em três turnos. É lógico que isso não se sustentaria, duas pessoas por escola para fazer limpeza, merenda, limpeza de banheiro, de manhã, de tarde e de noite. Aí dava essa diferença abissal de 73%.

Passados mais alguns dias, o governo lança outro edital ainda por metro quadrado limpo. E aí acrescenta mais cerca de 200 pessoas a esse contrato inicial. Mas a farsa começava a cair, eles deixaram passar o tempo para ver se a população esquecia da tal farsa dos 73%. E o que ocorre agora em setembro? Agora em setembro eles lançam um pregão eletrônico para contratar mais 3.420 pessoas, porque aquela tal farsa dos 73% não se manteve. E quando contratam essas 3.420 pessoas, o contrato aí passa a ser de 4 milhões 824 mil reais por mês, quando no governo passado esse contrato beirava em torno de 3 milhões e 200 mil. Ao invés de uma economia de 73%, o que houve foi um aumento de mais de 40%.

Então, cabe à Secretaria da Administração, cabe ao governador do Estado primeiro explicar por que deixou o Estado ser roubado durante 10 meses. Ou não havia roubo, que é a tese que eu defendo ou o PT se utiliza de factóides, de pirotecnia para atingir um governador honesto, trabalhador e competente como é o ex-governador Paulo Souto. Não houve redução nenhuma de 73%. Há contratos que têm redução de 15, de 20%, que é um número perfeitamente aceitável quando a concorrência aumenta no setor, quando empresas de fora vieram para a Bahia. Tudo isso é justificável. Agora, 73% é um factóide do governo PT. E aumentou o número de empregados, sim, mostrando que aquele pessoal que existia no contrato anterior era necessário.

Falava o governador em máfia das licitações. E por que as empresas do grupo G-8 continuam até hoje dentro do governo, ganhando inclusive licitações por dispensa, por emergência como é o caso da Secretaria da Saúde? Não eram empresas nocivas ao Estado. E por que essas empresas continuam hoje? Por que mantiveram essas empresas por mais 10 meses depois da operação Jaleco Branco?

A operação Jaleco Branco, deputado Heraldo Rocha, não deu em nada. Nenhuma autoridade do primeiro escalão do governo anterior foi citada, sequer citada, e teve a sua honra enxovalhada desta tribuna pelo governador Jaques Wagner, que disse que o Estado estava sendo roubado. Um factóide, deputado Paulo Azi. A única pessoa envolvida na operação Jaleco Branco é um funcionário de terceiro escalão, concursado, que ocupa cargo de comissão no atual governo. Ele foi a única pessoa citada. Nenhum superintendente, nenhum secretário de Estado! E tiveram a honra enxovalhada. Desta tribuna várias e várias vezes parlamentares da atual base governista disseram que havia uma associação entre o G-8 e o governo anterior. Não devemos nada, não temos ligações nenhuma com o G-8, inclusive políticas. O representante político do Grupo G-8 faz parte da base de apoio a Wagner. Não temos nada contra as empresas do G-8. Havia - havia! - uma combinação entre elas. E isso está na cara. Com o acobertamento de instâncias do Judiciário que dificultavam as

licitações.

Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado João Carlos Bacelar, isso não é um factóide. É uma irresponsabilidade, uma falta de escrúpulos, o que vem acontecendo inclusive na campanha eleitoral da capital. É uma falta de respeito com a autoridade constituída. V.Ex^a foi brilhante, porque eu não entendi nada do que o deputado Paulo Câmara falou dessa tribuna.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Muito obrigado, deputado Heraldo Rocha.

Termino, Líder, solicitando de V.Ex^a a sua opinião em relação a esta minha afirmação: se o governador disse que essas empresas roubaram a Bahia durante 16 anos, como é que ele permite que isso se transforme em 16 anos e dez meses?!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador por até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira durante 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros das Galerias Paulo Jackson, quero saudar o companheiro Jordan, liderança do PSB que se encontra nesta Casa Legislativa e é atualmente gerente do Inmetro no município de Vitória da Conquista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem constatou o desvio de milhões de reais na operação Jaleco Branco não foi o governador Jaques Wagner. Foi a Polícia Federal. Ela, após minucioso processo de investigação, constatou o desvio de aproximadamente - milhões, não! - 2 bilhões de reais num período de 16 anos. Várias personalidades, deputado João Carlos Bacelar, foram indiciadas. E V.Ex^a sabe disso. Não estou indicando quem porque elas constam no processo. Toda a comunidade baiana tem conhecimento daqueles que foram indiciados e naturalmente estão respondendo na Justiça as graves denúncias e acusações da PF.

Vou exemplificar para o senhor: as Organizações Bahia, uma das empresas que compunham o chamado G-8, alvo da operação Jaleco Branco. Concorrendo na licitação que o nosso governo realizou, essa empresa apresentou um preço de 400 mil reais a menos por mês. E não ganhou. Só para dar-lhe um exemplo, deputado, 400 mil reais mensais multiplicados por 12 é fácil calcular: uma economia de 5 milhões de reais, caso essa firma fosse ganhadora. Mas não foi. A que venceu o certame conseguiu isso por valor inferior ao das Organizações Bahia, que prestava o serviço e participou da licitação na expectativa de continuar tal prestação oferecendo um preço inferior: 400 mil reais. Portanto, só esse exemplo já seria suficiente para mostrar que havia de fato um duto de corrupção, lesando, dilapidando o patrimônio público do Estado da Bahia. Este é um exemplo de uma empresa apenas que são as Organizações Bahia.

Segundo, deputado João Carlos Bacelar, vou pedir desculpas a V.Ex^a, porque o tempo é exíguo, de fato a Secretaria de Administração inclusive já publicou nota de esclarecimento que comprova que houve uma redução de 73% e aqui está o dado. Tenha calma, porque não interfere no discurso de V.Ex^a. Estou me referindo a V.Ex^a, porque fez a denúncia, respeitosamente.

A Secretaria de Educação, na verdade, gastava 3 milhões, 829 mil e 561 reais por um contrato para aquisição de serviços de conservação e limpeza. A nova licitação finalizada em agosto, que vou dar explicação a V.Ex^a também, atraso naturalmente decorrente de questões burocráticas e administrativas. O nosso governo manteve por 10 meses, mas suspendeu os contratos, quando comprovados pela Polícia Federal a ilicitude, a fraude, o desvio do recurso público.

Ora, um governo que permite por anos e anos não tem nenhuma responsabilidade sobre isso? Anos e anos comprovadamente no processo? É algo de se perguntar, deputado João Carlos, com muita ponderação e com muita tranquilidade. O novo contrato, Srs. Telespectadores, membros aqui presentes nas galerias, nós reduzimos de 3 milhões e 829 mil para o valor de 823 mil,891 reais.

Agora, por quê? Outra explicação que o deputado João Carlos Bacelar não deu. Dos 3.303 contratos mantidos anteriormente, 1.600, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estavam cometendo a irregularidade do desvio de função. Porque, embora contratados como zeladores, como serventes e vigilantes, eles eram auxiliares de processamento de dados.

O nosso governo, respeitando os trabalhadores em cumprimento sim, com o que determina o sindicato de cada categoria, passou a pagar a esses servidores o salário correspondente à qualificação da sua função, porque 1.600 servidores de processamento de dados estavam recebendo como garis, como serventes e como zeladores. Isso, o deputado não fala. Está aqui. O nosso governo, para adequar naturalmente os contratos preservando e respeitando as categorias de trabalhadores, realizou novas licitações para pagar a esses servidores valores muito superiores ao que o governo anterior pagou.

Por exemplo, para vocês terem uma idéia, um auxiliar, um eletricista que recebia praticamente salário mínimo antes, nós passamos a pagar 2.087 reais; um bombeiro hidráulico, 2.087; um ajudante prático, 1.508; um ascensorista, e assim por diante. E eles pagavam a todos igual, desrespeitando a qualificação, a formação dos trabalhadores. Mil e seiscentos trabalhadores, dos 3.303 que o deputado aqui destacou estavam contratados com desvio de função, desrespeitando e explorando os trabalhadores que não tinham a sua qualificação e sua formação devidamente respeitada.

Isso também, naturalmente, ampliou o valor dos contratos, porque, para o serviço de limpeza seriam suficientes apenas 1.953. Os outros 1.350, eu corrijo inclusive o valor correto, estavam sendo utilizados em desvio de função. Além disso, o nosso governo contratou mais 800 cozinheiras para o atendimento a 60 novas unidades escolares.

Então, quando se ouve o deputado João Carlos Bacelar, com sua competente

oratória, que é indiscutível, apresentar os dados, ele pode, a princípio, sensibilizar o ouvinte que, talvez, tenha maior acuidade no detalhamento de minúcias na avaliação dos dados, que pode ficar convencido de que a informação dele está correta. Mas não está. Não está porque o nosso governo, de fato, comprovadamente, reduziu os contratos na Educação, em 17,08%; na Segurança, em 19,11%; e na Saúde, em 24,9%.

Os dados são incontestáveis. Agora, reconheço que em 9 minutos aqui, tanto eu quanto V.Ex^a temos dificuldade para esclarecer com a minúcia, o detalhamento que o assunto requer para o devido esclarecimento. É evidente que o tempo é insuficiente para o devido esclarecimento, mas voltaremos para tratar dessa matéria, desse assunto.

E só há uma explicação, deputado João Carlos: V.Ex^{as} que fazem parte da Bancada da Minoria, especialmente os deputados do DEM, depois da fragorosa derrota nas eleições, estão bastante desorientados e requeitando cada vez mais notícias que, infelizmente, não têm sustentação. São denúncias vazias que não conseguem, de fato, sensibilizar a população baiana para fazê-la acreditar nos fundamentos em que essas denúncias estão sendo realizadas.

Haveremos, a cada denúncia, de responder à altura para a recuperação da verdade e para o melhor esclarecimento da população do nosso Estado.

Desculpem a contundência das palavras, mas não poderia posicionar-me de outra forma que não fosse respondendo à altura as denúncias que V.Ex^a faz e que, infelizmente, não estão contempladas com o conteúdo necessário para o bom debate para o esclarecimento que o povo da Bahia quer a esse respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, acho que é muito importante esse debate entre o governo e a Oposição. Acredito eu, também, que o deputado João Carlos Bacelar foi claro, cristalino nas explicações, mas como o deputado Waldenor foi à tribuna e desfez dos argumentos do deputado João Carlos Bacelar, eu, em nome da minha Bancada, peço ao nobre deputado João Carlos Bacelar que use o tempo do Democratas, apesar de já entender e compreender que V.Ex^a está completamente coberto de razão.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Waldenor, vou tentar, aqui, retirar ao máximo a questão política do assunto e repetir algumas indagações que fiz a V.Ex^a.

O governador disse que o Estado foi roubado durante 16 anos. Como é que o governador mantém esse contrato durante mais 10 meses, aditando o mesmo contrato? Essa é uma questão. O contrato, que era lesivo, segundo o governador, aos

interesses do Estado, que era um duto de corrupção, foi aditado durante 10 meses! Isso não posso entender!

Segundo, 10 meses após a descoberta - o contrato foi aditado por 19 meses -, após a denúncia... Na verdade, a investigação da Polícia Federal partiu de uma denúncia do governo do Estado ao Ministério Público. Porque V.Ex^a falou aqui como se fosse uma coisa de iniciativa da Polícia Federal. O governo do Estado provocou, e a Polícia Federal fez a tal operação Jaleco Branco, que até hoje não indiciou nenhuma autoridade do Executivo. Do Executivo não há uma autoridade envolvida na operação Jaleco Branco.

Segundo, a grande questão que tenho levantado aqui desde a semana passada é a questão dos 73%. A redução de contratos de 15%, até 25%, na Secretaria da Saúde, eu não estou negando e parabenizo o governo. É uma prerrogativa do novo governo, e acontece isso em todos os Estados quando um governo entra, refazer contratos e renegociar, porque está em uma posição naquele momento de renegociar, e eu parabenizo. Agora na questão dos 73%, não existe, e o governador do Estado veio aqui a esta tribuna ler a sua mensagem e falou nos 73%.

Uma redução no contrato de 73% é prova de que havia roubo, e isso estava me incomodando, porque reduzir um contrato em 20%, 25%, até 30%, é bastante aceitável no início de governo, mas 73%, nem com a crise mundial que está aí. Ninguém vai conseguir reduzir um contrato de 73%.

Houve uma redução inicial de 73%, mas sabe como, deputado Heraldo Rocha? Um contrato que tinha 3.200 pessoas, houve a redução de 73%, baixou para 600 pessoas, o que daria duas pessoas por escola em Salvador para limpar essas escolas em três turnos. Quero também dizer ao deputado Waldenor Pereira que em nenhum momento desconheci que havia desvio de função. Havia, sim, desvio de função, como vai haver desvio de função no contrato que está aí, e V.Ex^a conhece bem. Apesar de ser do 3º grau, V.Ex^a conhece bem como funciona a Secretaria da Educação no seu dia-a-dia. Como é a dinâmica de uma unidade escolar no seu dia-a-dia. Havia desvio de função no contrato, mas não havia pessoal em excesso, tanto que V.Ex^{as} aumentaram o quantitativo. Aumenta o número de escolas. Sessenta unidades escolares, segundo o deputado Paulo Câmera, mas também há aumento de pessoal. Essa história do 73% começou a cair agora nesse contrato, nesse pregão que foi para 3.420 pessoas.

O que eu tenho batido aqui, deputado Waldenor, é que não houve um decréscimo de 73% nos contratos. Se houvesse era prova que havia corrupção. Houve o decréscimo de 73% no primeiro pregão, que era um pregão de 600 pessoas. Paralelamente, o Estado manteve o contrato anterior com as empresas do G8. Manteve, e por isso, deputado Heraldo Rocha, houve nesse primeiro pregão de 600 pessoas... Tenho até o número: pregão 027/07. Mas já no pregão 07/08, que foi lançado inicialmente em janeiro e que foi anulado, suspenso inexplicavelmente, esse pregão faz com que esse contrato vá ao custo mensal de 4 milhões, 824 mil reais. Ou seja, um valor superior, em 48,5%, ao custo do contrato anterior. Segundo dados que eu tenho, deputado Waldenor, o contrato anterior tinha o custo mensal de 3 milhões e

250 mil, não de 3 milhões e 800 mil.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Pois não, deputado Gilberto.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado João, confesso a V.Ex^a e a todos que esse fato trazido por V.Ex^a, deputado Waldenor também o colocou, é um caso que requer realmente um esclarecimento verdadeiro.

Eu pediria vênua ao presidente no sentido de que abrissemos mão das formalidades regimentais, nesse momento, para que V.Ex^a e o deputado Waldenor argumentassem de forma bem aberta, democrática e direta, e assim não somente os telespectadores, mas todos pudessem ter um juízo de valor preciso a respeito do assunto, para que as dúvidas sejam dissipadas e a coisa venha aflorar. Então, gostaria de solicitar ao presidente, ao líder Waldenor, ao deputado Heraldo Rocha e a V.Ex^a, que essa colocação seja feita de maneira clara, objetiva e direta para que não fique a pairar qualquer dúvida. Desde quando a colocação foi feita por parte do deputado Waldenor e do deputado João Carlos Bacelar, seria de bom alvitre se nós, desta Casa de fiscalização e das proposições, pudéssemos ter um juízo de valor objetivo, direto e claro a respeito do assunto.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Por mim não há problema, eu gostaria. Acho até que deveríamos trazer o secretário de Administração numa comissão, sem ser convocado, através de um convite.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Pois não.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado, acho bom também, posso propor.

Disponho da informação de que para 3 mil 303 servidores do contrato anterior, o governo pagava 4 milhões 368 mil 833 reais

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Não, 3 milhões 250 mil.

O Sr. Waldenor Pereira:- Estou dizendo ao senhor a mais, 4 milhões 368. São dados de que disponho, naturalmente que vamos cotejar posteriormente.

Na nova licitação do governo Jaques Wagner, o valor para 3 mil 420 foi de 3 milhões 458 mil.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR: Foram R\$ 4. 015. 747, 47. São 3 lotes.

O Sr. Waldenor Pereira:- Vou até dar um valor maior para o senhor, o valor final, envolvendo mais 800 contratados, é de 4 milhões 682 mil. Quer dizer que para 4 mil 120 funcionários, o governo Wagner está pagando 4 milhões 682 mil. É superior ao valor expresso pelo senhor.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- É mais: são 4.824 contra 3.250

O Sr. Waldenor Pereira:- Só para encerrar, há duas polêmicas que precisam ser resolvidas. A que o senhor questiona dos 73%, acho justo que seja esclarecida, mas quero dar o troco, no bom sentido, mostrando que a afirmação que o senhor fez, inclusive nos jornais, de que o contrato firmado pelo governador Jaques Wagner era de 48% a mais do que o anterior, de igual forma, vamos cotejar as informações, quero também afirmar a V.Ex^a que não é verdadeiro. Tenho dados em mãos que mostram

que mesmo a nova licitação com um número maior de servidores do que no contrato realizado no governo Paulo Souto, o valor ainda assim é inferior em aproximadamente 500 mil reais.

Eu disponho dos dados, nós podemos cotejar e, como muito bem disse o deputado Gilberto Brito, esclarecer. A população quer esclarecimentos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Líder, eu aceito o troco no sentido do desvio de função. Não há como contra-argumentar. Aceito o troco com relação às reduções de 15 a 25%, porque na Secretaria de Saúde chegou a 24.9%. Aceito. Agora os dados que eu tenho mostram que o contrato passado era de 3 milhões e 250 mil/mês, e o de agora, somando os três pregões, dá 4 milhões e 800 mil. Então, esse é um dado para V.Ex^a confirmar. Também confirmarei os meus. Mas a minha grande pergunta é sobre os 73%.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falaremos, durante 5 e 4 minutos, respectivamente, o deputado Zé Neto e eu.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, deputado João Carlos Bacelar, vou lhe dar uma resposta política. Tecnicamente, os números estão muito claros para mim. V.Ex^a compreendeu o que é desvio de função, compreendeu o volume de contratos e contratação de número de pessoal. E achei estranho V.Ex^a achar normal que se contratem 30% abaixo, 24% abaixo, em todas as áreas, na maioria delas, não foi uma nem foram duas. Se quiser puxar um debate, talvez não tenha pensado no que está fazendo, porque agora quem vai topa fazer aqui uma aferição de quem eram os beneficiados e onde o dinheiro ia parar somos nós.

Deputado Waldenor, essa história precisa ser passada a limpo, agora, para sabermos onde o dinheiro foi parar, quais são as empresas, de que grupo faziam parte e a que interesse serviam, porque aí V. Ex^a tenha certeza de que mostrarei como funcionava o que chamamos aqui por algum tempo “corruptograma”, levando o dinheiro para alguns poucos do mesmo grupinho, inclusive de atendimento familiar.

Outra história é o estado de direito. V.Ex^a está falando de alguns meses em que essas empresas continuaram trabalhando no Estado. Acabamos com aquelas histórias do chicote e de que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Neste Estado da Bahia, vigora agora o estado de direito, é diferente. Isso felizmente por um lado e por outro infelizmente porque demanda um tempo para que as coisas aconteçam dentro da legalidade. Algumas dessas empresas permaneceram realmente dentro da administração pública, já que os contratos fraudulentos realizados no governo passado não podiam ser a toque de caixa - como acontecia antes - para um lado ou para o outro, para contratar ou para acabar com os contratos.

V.Exª está esquecido dos 625 milhões de rombo na EBAL, quando fizeram um contrato para 117 mil reais e acabaram executando 47 milhões sem licitação alguma, sem concorrência, sem disputa sem nenhuma linha legal?

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- V.Exª está esquecido do que aconteceu na Bahiaturisa? É bom lembrar: mais 278 milhões. Essas duas elaborações estão hoje na Justiça, todas as duas sendo objeto, não mais de investigação, mas de apuração judicial. Ambas estão em curso, a da Ebal e a da Bahiaturisa.

Então, quando o ouço falar que alguns desses contratos permaneceram durante 10 meses, me desculpe, pois V.Exª comete dois erros, um quando reconhece que havia fraudes e que elas permaneceram. Não, deputado João Carlos Bacelar, elas não permaneceram, porque neste estado de direito, para as coisas acontecerem, tem que haver um ritual que é o chamado devido processo legal, que vai encaminhando o passo-a-passo de uma administração que obviamente hoje consegue estabelecer o que é transparência, consegue hoje estabelecer o que são dados efetivamente públicos, para que V.Exª possa hoje fazer a oposição que faz. E, olhe, quantas vezes V.Exª pegou dados nossos, dados da Secretaria da Fazenda do nosso governo e veio para cá fazer denúncias.

Infelizmente ou felizmente para nós, mas infelizmente para V.Exª, tivemos a sorte - a sorte não -, tivemos o zelo de ter feito correto. Muitas vezes, uma falta de leitura didática, técnica, muitas vezes, as denúncias foram feitas aqui e com os próprios dados essas denúncias foram meticulosamente saneadas, meticulosamente desmentidas, mostrando que, em um processo de governo onde encontramos um caos administrativo...E olha que, quanto ao G8, V.Exª trouxe um tema...

Deputado Waldenor, teremos, depois deste processo eleitoral, esclarecer mais ainda o que V.Exª já disse. Para mim está muito claro. V.Exª até entendeu e teve aqui a humildade de reconhecer a questão do desvio de funções e reduções que realmente aconteceram... Agora, essa do G-8, dizer que ninguém tem nada a ver e que aconteceu por força do destino?! Desculpe-me, é querer “tapar o sol com a peneira.” Mas para quem sofreu uma derrota, saiu de 153 prefeituras para 43, acho que qualquer medida que possa trazer confusão para a opinião pública...

Neste momento V.Exªs têm que buscar algum “ibope”, só que esse “ibope”... Aliás, “ibope” eu não diria, porque é no processo eleitoral, mas eu queria dizer isso, deputado Waldenor, que a gente busque as questões técnicas, mas não esqueçamos que as questões políticas de fundo são bem outras e dizem respeito à conduta, ao modelo e ao processo que estamos vivendo hoje de governo democrático onde o estado de direito prevalece.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, serei bastante didático e respeitoso, inclusive no debate, assim como o foi o deputado Zé Neto, para dizer que

o mesmo espaço físico utilizado para o contrato do governo anterior, que gastava R\$ 3 milhões, 829 mil com 3 303 servidores, o nosso governo passou a limpar – o serviço de limpeza e zeladoria -, passou a prestar o serviço, deputado Gilberto Brito, pelo valor de R\$ 823 891,00. Essa é a questão didática de ser explicada!. O governo anterior gastava 3 milhões e 800 para limpar determinada área, um número tal de unidades escolares. O nosso governo, para fazer a limpeza das mesmas unidades escolares, passou a gastar R\$ 829 mil. Isso representa uma economia de 73%. Ah, o deputado está argumentando, e é verdade! Tanto que destaquei no meu discurso, que havia 1.600 servidores nesse conjunto de 3.303 que não eram zeladores e nem faziam o trabalho de limpeza Ora, esses servidores estavam onde? Fazendo o quê? Quer dizer, o governo anterior contratou um número excessivo de servidores para exercício dessa função? Entendeu, deputado Gilberto Brito? Essa é que é a questão técnica, que é o embasamento, Zé Neto, substancial para o discurso político. Por quê? O governo anterior tem que explicar por que se gastava tanto e se utilizava tantas pessoas para desenvolver ações de limpeza e de zeladoria num espaço físico, em unidades escolares que exigiam, que requeriam menos gente e menos dinheiro. É só isso. A explicação é só essa!

Quanto à afirmação do deputado João Carlos Bacelar de que o governo gastou, está gastando 48% a mais, não é verdade!. Não há como provar! Não há sustentação nas afirmações do meu colega deputado João Carlos Bacelar, a quem me dirijo respeitosamente. Não há como ele comprovar por que, para o mesmo número de pessoas, de 3 303 pessoas, o governo anterior estava pagando R\$ 4 milhões, 368 mil. O nosso governo, para um número um pouco maior, 3 420 servidores, contratou por R\$ 3 milhões e 858 mil. Embora o número maior de servidores, o valor da licitação é R\$ 500 mil, aproximadamente, menor do que o governo anterior. Como então ser 48% superior ao contrato anterior?

Portanto, nós estamos à disposição e vamos voltar ao debate a respeito desta questão. Estamos com dados, documentos, informações minuciosas a respeito e que prova, mais uma vez, de fato, que a Bancada da Minoria, meu companheiro Jordan, nesta Casa Legislativa está desorientada. A derrota foi tão fragorosa, como aqui destacou o deputado Zé Neto, reduzindo de 153 prefeituras e de um domínio de mais de 300, a bem da verdade, para 41, 43 prefeituras além da derrota sofrida no Brasil como um todo, em todos os Estados da Federação.

De fato, é lamentável que os deputados da Bancada de Oposição estejam, mais uma vez, requeitando notícias que já foram suficientemente esclarecidas com um único objetivo, uma única finalidade: desviar a atenção, tentar tirar o foco, tentar pautar esta Assembléia Legislativa com assuntos requeitados para tirar o foco da fragorosa derrota do DEM no Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- V.Ex^a será atendido.

Solicito ao 1º Secretário que verifique o quórum presente nesta sessão.

(O Sr. 1º Secretário “ ad hoc” deputado Adolfo Menezes, procede à verificação

de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Coroa):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 6 Srs. Deputados. Portanto, não havendo quórum para a continuidade da sessão, damos por encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*